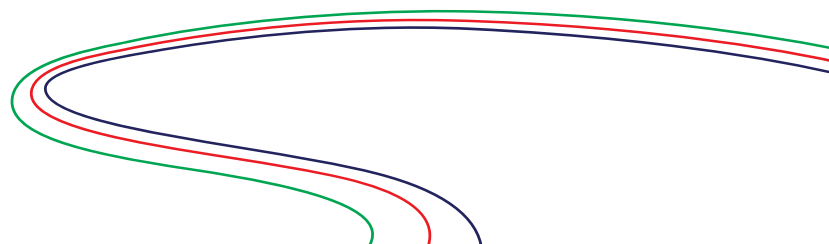
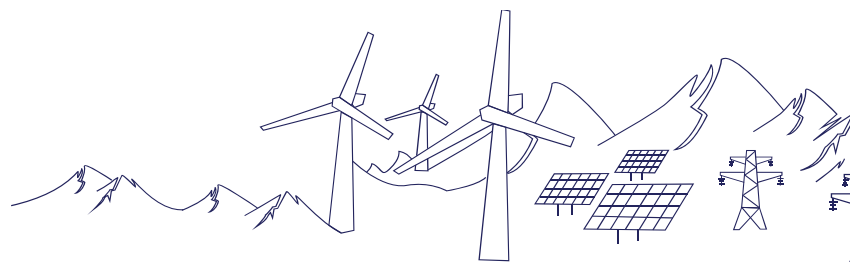




Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

SPIC Brasil Energia Participações S.A.

31 de dezembro de 2023 e 2022
com Relatório do Auditor Independente





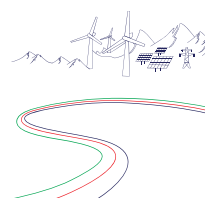
SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2023 e 2022

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas.....	1
Demonstrações contábeis individuais e consolidadas auditadas	
Balancos patrimoniais.....	4
Demonstrações dos resultados.....	6
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	9
Demonstrações dos valores adicionados.....	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas.....	11





Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Diretores e Acionistas
SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da SPIC Brasil Energia Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações contábeis consolidadas da SPIC Brasil Energia Participações S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.

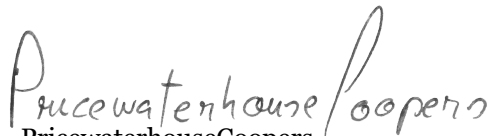


SPIC Brasil Energia Participações S.A.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 15 de abril de 2024


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Adriano Formosinho Correia
Contador CRC 1BA029904/O-5

SPIC Brasil Energia Participações S.A.

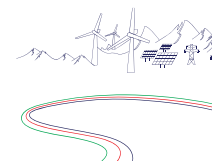
Balanços patrimoniais

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	98.030	246.294	610.386	972.498
Concessionárias	5	-	-	55.118	56.152
Ativo Financeiro	6	-	-	839.394	807.169
Impostos a recuperar	7	23.955	11.598	128.597	44.357
Depósitos judiciais e cauções	8	-	124.197	-	124.197
Estoque		-	-	11.113	11.152
Dividendos e JSCP a receber	10	126.983	77.605	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	16	-	-	-	817.056
Outros ativos circulantes	9	156	623	37.648	33.550
Total ativo circulante		249.124	460.317	1.682.256	2.866.131
Não circulante					
Ativo Financeiro	6	-	-	6.422.427	6.154.172
Impostos a recuperar	7	-	-	126.657	-
Depósitos judiciais e cauções	8	-	-	4.615	11.815
Contas a receber com partes relacionadas	10	188.273	303.867	188.460	181.066
Impostos diferidos	26	-	-	9.316	9.522
Outros ativos não circulantes	9	77.331	-	77.331	86
Investimentos	11	4.884.335	3.870.447	1.371.781	1.446.766
Direito de uso	12	-	-	45.753	33.261
Imobilizado	13	2.691	69	2.421.666	118.374
Intangível	14	-	-	2.449.259	2.634.397
Total ativo não circulante		5.152.630	4.174.383	13.117.265	10.589.459
Total dos ativos		5.401.754	4.634.700	14.799.521	13.455.590

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



SPIC Brasil Energia Participações S.A.

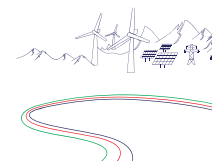
Balanços patrimoniais

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	15	79.695	4.791	234.430	90.475
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	397.838	378.129	2.086.484	3.034.754
Arrendamentos	17	-	-	5.980	5.462
Obrigações sociais e trabalhistas		2.643	2.656	34.207	30.773
Impostos a recolher	8	162	309	26.869	139.979
Dividendos e JSCP	10	615.821	371.260	737.670	441.912
Encargos setoriais	18	-	-	22.368	31.220
Instrumentos financeiros derivativos	16	5.247	-	7.512	11.342
Outros passivos circulantes	9	-	2	1.034	6.260
Provisão - Capex melhorias	20	-	-	102.275	141.977
Total passivo circulante		1.101.406	757.147	3.258.829	3.934.154
Não circulante					
Fornecedores	15	-	-	19.312	2.277
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	448.291	-	3.658.203	2.244.879
Empréstimos com partes relacionadas	10	-	56.601	-	56.601
Arrendamentos	17	-	-	46.386	31.464
Impostos a recolher	8	-	-	390	389
Provisões	19	-	-	31.309	9.048
Impostos diferidos	26	-	-	600.330	504.797
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	4	-
Partes relacionadas	10	75	9.714	971	10.685
Outros passivos circulantes	9	-	-	3.256	-
Provisão - Capex melhorias	20	-	-	544.423	663.436
Total passivo não circulante		448.366	66.315	4.904.584	3.523.576
Patrimônio Líquido	21				
Capital social		3.527.080	3.368.998	3.527.080	3.368.998
Outros resultados abrangentes		(45.065)	(75.035)	(45.065)	(75.035)
Reservas de lucro		369.967	517.275	369.967	517.275
Participação de não controladores		-	-	2.784.126	2.186.622
Total patrimônio líquido		3.851.982	3.811.238	6.636.108	5.997.860
Total dos passivos e patrimônio líquido		5.401.754	4.634.700	14.799.521	13.455.590

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



SPIC Brasil Energia Participações S.A.

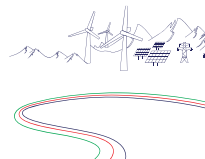
Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto resultado por ação)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Receita operacional líquida	23	-	-	1.952.454	1.946.085
Custo de operação	24	-	-	(454.464)	(430.149)
Lucro bruto		-	-	1.497.990	1.515.936
Resultado da equivalência patrimonial	11	337.084	166.242	(183.689)	(186.392)
Administrativas e gerais	24	(28.173)	(21.814)	(206.605)	(134.679)
Outras (despesas) receitas operacionais		-	-	3.967	591
Lucro antes do resultado financeiro		308.911	144.428	1.111.663	1.195.456
Resultado financeiro líquido	25				
Receitas financeiras		39.213	128.931	206.335	211.890
Despesas financeiras		(102.586)	(34.967)	(605.504)	(576.410)
Variação monetária/cambial líquida		2.416	(3)	2.094	18.319
		(60.957)	93.961	(397.075)	(346.201)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		247.954	238.389	714.588	849.255
Imposto de renda e contribuição social correntes	26	7.381	(24.586)	173.740	(230.100)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26	-	-	(121.990)	(108.888)
Lucro líquido do exercício		255.335	213.803	766.338	510.267
Parcela do resultado atribuída aos acionistas não controladores		-	-	(511.003)	(296.464)
Lucro líquido do exercício		255.335	213.803	255.335	213.803
Lucro por ação					
Quantidade de ações no final do exercício		3.513.906	3.368.998	3.513.906	3.368.998
Lucro líquido por ação, básico e diluído		0,0727	0,0675	0,0727	0,0675

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

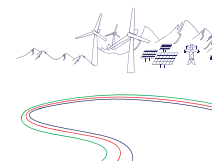


SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	255.335	213.803	255.335	213.803
Hedges de fluxo de caixa:	29.970	(133.570)	29.970	(133.570)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	19.579	-	19.579
Resultado abrangente total do exercício	285.305	99.812	285.305	99.812

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

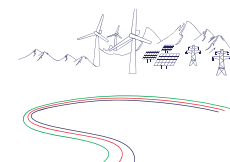


SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Capital social	Outros resultados abrangentes	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total	Não controladores	Total consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2021	2.392.247	38.957	354.250	-	2.785.454	2.032.888	4.818.342
Aumento de Capital conforme AGE de 31 de janeiro de 2022	776.833	-	-	-	776.833	41.984	818.817
Aumento de Capital conforme AGE de 13 de dezembro de 2022	199.918	-	-	-	199.918	-	199.918
Lucro líquido do exercício	-	-	-	213.803	213.803	297.485	511.288
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-
Hedge de fluxo de caixa	-	(133.571)	-	-	(133.571)	(48.123)	(181.694)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	19.579	-	-	19.579	16.362	35.941
Destinação do resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	-	10.690	(10.690)	-	-	-
Destinação de dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(50.778)	(50.778)	-	(50.778)
Destinação para reserva de lucros	-	-	152.335	(152.335)	-	(153.974)	(153.974)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	3.368.998	(75.035)	517.275	-	3.811.238	2.186.622	5.997.860
Aumento de Capital	158.082	-	-	-	158.082	316.617	474.699
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	255.335	255.335	511.003	766.338
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-
Hedge de fluxo de caixa	-	29.970	-	-	29.970	(37.832)	(7.862)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	-	-	12.863	12.863
Destinação do resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	-
Destinação de dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(60.643)	(60.643)	-	(60.643)
Destinação de dividendos de anos anteriores	-	-	(342.000)	-	(342.000)	-	(342.000)
Destinação para reserva de lucros	-	-	181.925	(181.925)	-	(205.147)	(205.147)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	3.527.080	(45.065)	369.967	-	3.851.982	2.784.126	6.636.108

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

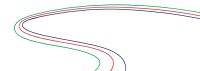


SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Nota	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		247.953	238.389	714.589
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais				
Tributos diferidos		-	-	(2.309)
Resultado de equivalência patrimonial	11	(337.084)	(166.242)	183.688
Ativo financeiro	6	-	-	(1.509.233)
Receita financeira capitalizada		-	-	21.193
Depreciações e amortizações	12,13,14	867	867	120.225
Amortização de juros capitalizados		-	-	30
Perdas na desativação de bens		-	-	85
Juros e atualizações monetárias dos Empréstimos à receber	25	(8.294)	(104.156)	(8.142)
Encargos de dívidas e variações cambiais e monetárias sobre empréstimos, financiamentos, derivativos e debêntures	16	65.392	12.579	501.147
Arrendamentos e alugueis - AVP	17	-	-	2.818
CAPEX melhoria - AVP	20	-	-	58.922
Provisão para descomissionamento		-	-	250
Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas		-	-	804
(Ganhos) Perdas com projetos		-	-	33.456
Encargos setoriais - provisão e atualização monetária	18	-	-	5.458
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária		-	-	(1.118)
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária		(1.874)	-	(75.046)
Outros		-	-	2.158
		(33.040)	(18.563)	51.284
(Aumento) diminuição de ativos operacionais				
Consumidores e concessionárias		-	-	1.033
Ativo financeiro		-	-	1.208.753
Impostos e contribuições sociais compensáveis		(7.458)	(6.255)	113.667
Impostos recuperáveis na aquisição de ativos imobilizados		-	-	(1.196)
Estoques		-	-	40
Depósitos judiciais e cauções		124.197	(10.972)	132.515
Adiantamentos		-	-	-
Outros ativos operacionais		465	(508)	(17.489)
		117.204	(17.735)	1.437.323
Aumento (diminuição) de passivos operacionais				
Fornecedores		(2.424)	1.999	101.089
Obrigações sociais e trabalhistas		(13)	1.564	3.435
Impostos e contribuições sociais		4.210	6.822	(53.446)
Encargos regulamentares e setoriais		-	-	610
Provisões		-	-	(208)
Outros contas a pagar		(3)	2	(5.225)
		1.770	10.387	46.255
Caixa proveniente das atividades operacionais		85.934	(25.911)	1.534.862
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	(25.929)	(135.431)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		85.934	(51.840)	1.399.431
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Recebimento de caixa por transferência de investimentos		-	-	-
Aporte de capital em controladas		(803.892)	(240.997)	(53.592)
Pagamento de investimentos em controladas		-	-	(19.600)
Dividendos recebidos		164.270	173.442	-
Adições ao Imobilizado e Intangível		(2.642)	-	(2.202.923)
Adições CAPEX melhorias		-	-	(217.636)
Empréstimos para terceiros		66.460	(480.733)	-
Partes relacionadas		(9.647)	(1.594)	(7.808)
		(585.451)	(549.882)	(2.501.559)
Caixa líquido aplicados nas atividades de investimento				
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Aumento (redução) de capital líquido do custo de emissão		-	976.751	316.617
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		-	-	(153.953)
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures		831.096	219.000	3.301.551
Amortização do principal de empréstimos e financiamentos		(424.468)	(800.702)	(2.293.583)
Pagamentos de encargos de dívidas líquido de derivativos		(55.375)	(57.732)	(421.976)
Pagamentos de arrendamentos e alugueis		-	-	(8.637)
		351.253	337.317	740.019
Caixa líquido aplicados nas atividades de financiamento		(148.264)	(264.405)	(362.109)
(Redução) Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		98.030	246.294	610.389
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		246.294	510.699	972.498
		(148.264)	(264.405)	(362.109)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

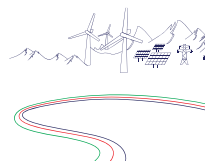


SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Demonstrações dos valores adicionados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Geração do valor adicionado	-	-	2.231.199	2.219.556
Receita operacional bruta	-	-	2.226.650	2.218.824
Outras Receitas	-	-	4.549	732
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(14.461)	(10.730)	(450.329)	(380.120)
Custos da energia comprada	-	-	(11.212)	(6.842)
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(276.047)	(258.009)
Materiais	(63)	(2)	(3.840)	(4.637)
Serviços de terceiros	(11.235)	(10.216)	(92.710)	(88.028)
Outros custos operacionais	(3.163)	(512)	(66.520)	(22.604)
Valor adicionado bruto	(14.461)	(10.730)	1.780.870	1.839.436
Retenções	(867)	(867)	(118.654)	(118.275)
Depreciações e amortizações	(867)	(867)	(118.654)	(118.275)
Valor adicionado líquido produzido	(15.328)	(11.597)	1.662.216	1.721.161
Valor adicionado recebido em transferência	417.325	369.274	833.848	1.020.244
Receitas financeiras	80.241	203.032	1.017.536	1.206.636
Resultado da equivalência patrimonial	337.084	166.242	(183.688)	(186.392)
Valor adicionado total a distribuir	401.997	357.677	2.496.064	2.741.405
Distribuição do valor adicionado	401.997	357.677	2.496.064	2.741.405
Pessoal	10.220	8.474	99.303	81.787
Remuneração direta	7.912	7.100	77.757	64.923
Benefícios	1.578	994	15.468	12.751
FGTS	730	380	6.078	4.113
Impostos, taxas e contribuições	(3.302)	37.404	221.714	605.888
Federais	(3.361)	37.394	220.374	605.123
Estaduais	-	-	582	111
Municipais	59	10	758	654
Remuneração de capitais de terceiros	139.744	97.996	1.408.709	1.543.463
Juros	139.016	97.782	1.401.543	1.537.338
Alugueis	728	214	7.166	6.125
Remuneração de capitais próprio	255.335	213.803	766.338	510.267
Participação de acionistas não controladores	-	-	511.003	296.464
Dividendos	60.642	50.778	60.642	50.778
Lucro (-) prejuízo a distribuir	194.693	163.025	194.693	163.025

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



1. Contexto operacional

A SPIC Brasil Energia Participações S.A. (“Companhia” ou quando em conjunto com as suas controladas “Grupo”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em março de 2017, com sede em São Paulo, no Estado da São Paulo. A Controladora direta da Companhia é a SPIC Green Energy Ltda., com sede em Hong Kong e em última instância pela State Power Investment Corporation China.

A Companhia tem como principal atividade a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, no País ou no exterior (“holding”).

UHE São Simão S.A.

A Companhia é controladora direta da UHE São Simão S.A. (“Controlada”), por intermédio de sua participação de 51% do capital social desta empresa, que tem como principal atividade a geração de energia elétrica a partir da Usina São Simão localizada na Cidade de Santa Vitória, no Estado de Minas Gerais.

A UHE São Simão Energia S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 21 de março de 2017, com sede em São Paulo, no Estado de São Paulo.

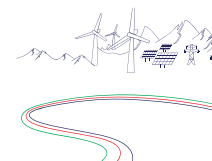
A Companhia tem como principal atividade a geração de energia elétrica a partir da Usina São Simão localizada na Cidade de Santa Vitória, no Estado de Minas Gerais.

Contrato de concessão

Em 27 de setembro de 2017, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL realizou o Leilão de Concessões (Leilão de Geração nº 01/2017-ANEEL), no qual a Companhia foi ganhadora da concessão da Usina Hidrelétrica São Simão. A Receita Anual de Geração (RAG) a que a Concessionária tem direito pela disponibilização da parcela da garantia física de energia e de potência da Usina Hidrelétrica é alocada em regime de COTAS, sendo a RAG o percentual da garantia física de energia e de potência da Usina Hidrelétrica, alocada a determinada distribuidora. A Companhia assinou o Contrato de Concessão nº 001/2017 para prestação do serviço de geração de energia elétrica em 10 de novembro de 2017, que permite a exploração da Usina pelo período de 30 anos, contados a partir de 10 de maio de 2018, quando foi finalizado o período de Operação Assistida.

Em 30 de setembro de 2021, a Companhia assinou o termo de aceitação da extensão da outorga por mais 124 dias, o que alterou a concessão que se encerraria em 10 de maio de 2048 para 11 de setembro de 2048.

A capacidade instalada da UHE São Simão é de 1.710 MW, sendo a Garantia Física assegurada de 1.202 MWm. Da energia assegurada, a Companhia possui comercializada nos seguintes ambientes: a) 841,4 MWm em regime de alocação de cotas de garantia física e de potência às concessionárias do serviço público de distribuição no Sistema Interligado Nacional - SIN; b) 360,6 MWm no Ambiente de Contratação Livre - ACL por meio de contratos de curto e longo prazos, negociados com terceiros.



Pacific Hydro Energia do Brasil Ltda.

A Companhia é controladora da Pacific Hydro Energia do Brasil Ltda. (“Controlada”), por intermédio de sua participação de 100% do capital social desta empresa que tem como objeto social e atividade preponderante, diretamente ou pela participação em outras sociedades, a constituição, a formação e a participação em projetos eólicos e parques eólicos, assim como a participação e o gerenciamento de empresas geradoras de energia, sendo estas renováveis ou não, o desenvolvimento de estudos de viabilidade, a implantação de fazendas eólicas, a criação, a participação e a comercialização de fontes geradoras de energia oriundas de fontes renováveis, o gerenciamento, a montagem e a administração de projetos de telecomunicações e a informatização de projetos eólicos e centrais eólicas.

A Pacific Hydro Brasil é detentora de 100% do capital social das empresas: Central Eólica Paraíso Azul S/A, Millenium Central Geradora Eólica S.A., Vale dos Ventos Geradora Eólica S.A. e SPIC Brasil Participações Eólicas S.A.. Também detém 89,9% da Energia Limpa Participações Ltda e 70% da Panati Holding, composta por 8 SPE´s e Marangatu Holding, composta por 12 SPE´s. Suas controladas possuem os seguintes objetos sociais:

- Central Eólica Paraíso Azul S/A representa o projeto do parque eólico Paraíso Azul situado em Touros-RN, este projeto está em fase de negociações para participação de leilão de energia.
- Energia Limpa Participações Ltda., empresa proprietária do terreno do futuro parque eólico Paraíso Azul.
- O parque eólico da Millenium Central Geradora Eólica S.A. entrou em operação em 28 de novembro de 2007, com capacidade de geração de energia de 10,2 MW.
- O parque eólico da Vale dos Ventos Geradora Eólica S.A. entrou em operação em 14 de janeiro de 2009, com capacidade de geração de energia de 48 MW.
- SPIC Brasil Participações Eólicas S.A., empresa com atividade preponderante participação em outras sociedades como sócia ou acionista, no País ou exterior, assim como desenvolvimento de estudos de viabilidade e a implantação de usinas de geração renovável.

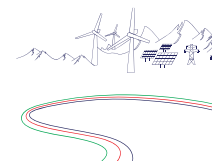
A energia gerada dos parques eólicos Vale dos Ventos e Millennium é vendida à Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobrás de acordo com o contrato celebrado com aquela companhia no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA).

- O Complexo Panati-Sitiá é composto pela Panati Holding S.A. individualmente “Panati Holding” constituída, em 07 de dezembro de 2021 na forma de sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil.

A Panati Holding é controladora direta de suas subsidiárias conjuntamente referidas como “SPE´s Panati” sendo 8 (oito) SPE´s operacionais que têm por atividade fim a geração de energia elétrica por fonte fotovoltaica, são elas: Panati 1 Energias Renováveis S.A., Panati 2 Energias Renováveis S.A., Panati 3 Energias Renováveis S.A., Panati 4 Energias Renováveis S.A., Panati 5 Energias Renováveis S.A., Panati 6 Energias Renováveis S.A., Sitiá 1 Energias Renováveis S.A., Sitiá 2 Energias Renováveis S.A..

O complexo Panati-Sitiá, com capacidade instalada de 292 MWp, todas sediadas no Município de Jaguaratama no Estado do Ceará.

- Complexo Marangatu é composto pela Marangatu Holding S.A. individualmente “Marangatu



SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Holding” constituída, em 06 de dezembro de 2021 na forma de sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil.

A Marangatu Holding é controladora direta de suas subsidiárias conjuntamente referidas como “SPE´s Marangatu” sendo 12 (doze) SPE´s operacionais que têm por atividade fim a geração de energia elétrica por fonte fotovoltaica, são elas: Marangatu 1 Energias Renováveis S.A., Marangatu 2 Energias Renováveis S.A., Marangatu 3 Energias Renováveis S.A., Marangatu 4 Energias Renováveis S.A., Marangatu 5 Energias Renováveis S.A., Marangatu 6 Energias Renováveis S.A., Marangatu 7 Energias Renováveis S.A., Marangatu 8 Energias Renováveis S.A., Marangatu 9 Energias Renováveis S.A., Marangatu 10 Energias Renováveis S.A., Marangatu 11 Energias Renováveis S.A. e Marangatu 12 Energias Renováveis S.A.. O complexo Marangatu, com capacidade instalada de 446 MWp, todas sediadas no Município de Brasileira no Estado do Piauí.

SPIC Brasil Térmicas e Participações S.A.

A Companhia é controladora da SPIC Brasil Térmicas e Participações S.A. adquirida em 02 de dezembro de 2021 (“Controlada”), por intermédio de sua participação de 100% do capital social desta empresa que tem como objeto principal atividade a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, no País ou no exterior (“holding”) assim como o desenvolvimento de estudos de viabilidade e a implantação de usinas de geração de energia. A Companhia detém a participação na UTE GNA II, conforme abaixo:

- UTE GNA II Geração de Energia S.A.

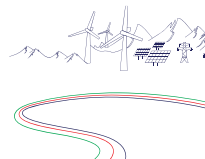
A Companhia desde 28 de janeiro de 2021 detém a participação de 33% do capital social na UTE GNA II Geração de Energia S.A. que tem como objeto social e atividade de geração de energia térmica. Companhia encontra-se em fase de construção e está com cerca de 40% do projeto concluído.

UTE GNA I Geração de Energia S.A.

A Companhia desde 28 de janeiro de 2021 detém a participação de 33% do capital social na UTE GNA I Geração de Energia S.A. que tem como objeto social e atividade de geração de energia térmica.

SPIC Comercializadora

A Companhia é controladora da SPIC Comercializadora. (“Controlada”) desde 28 de julho de 2021 por intermédio de sua participação de 100% do capital social desta empresa que tem como objeto social e atividade preponderante a comercialização de energia elétrica.



2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

Em 15 de abril de 2024, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

2.1 Declarações de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas “normas contábeis IFRS® ”), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (IFRIC® Interpretations) ou pelo seu órgão antecessor, Standing Interpretations Committee (SIC® Interpretations) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros e instrumentos derivativos tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo SPIC. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa 2.5.

2.2 Moedas funcional

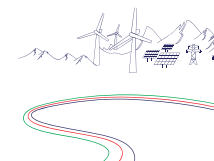
As demonstrações contábeis são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Critério de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as controladas UHE São Simão Energia S.A., Pacific Hydro Energia do Brasil Ltda., SPIC Brasil Térmicas e Participações S.A. e SPIC Brasil Comercializadora de energia Ltda.. Todos os saldos e transações com a empresa controlada são eliminados no processo de consolidação.

Moeda estrangeira

Na elaboração das demonstrações contábeis, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No fim de cada período de relatório, os itens



monetários em moeda estrangeira são novamente convertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício.

As variações cambiais sobre itens monetários são reconhecidas no resultado no período em que ocorrerem, exceto:

- Variações cambiais decorrentes de transações em moeda estrangeira designadas para proteção (hedge) contra riscos de mudanças nas taxas de câmbio.
- Variações cambiais sobre itens monetários a receber ou a pagar com relação a uma operação no exterior cuja liquidação não é estimada, tampouco tem probabilidade de ocorrer (e que, portanto, faz parte do investimento líquido na operação no exterior), reconhecidas inicialmente em “outros resultados abrangentes” e reclassificadas do patrimônio líquido para o resultado quando da realização desses itens monetários.

Para fins de apresentação destas demonstrações contábeis, os ativos e passivos das operações são convertidos para reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes no fim do exercício.

Quando há baixa de uma operação no exterior, todo o montante da variação cambial acumulada referente a essa operação registrada no patrimônio líquido é reclassificado para o resultado do exercício.

2.4 Bases de preparação e apresentação

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante / não circulante.

Um ativo é classificado no circulante quando: (i) se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal; (ii) for mantido principalmente para negociação; (iii) se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou (iv) caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quanto à sua troca ou seja utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

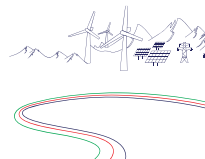
Um passivo é classificado no circulante quando: (i) se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal; (ii) for mantido principalmente para negociação; (iii) se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou (iv) não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo ou passivo não circulante.

2.4.1 Novas normas emitidas e emendas às normas contábeis

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 10 de janeiro de 2023:

CPC 26(R1)/IAS 1 - Divulgação de políticas contábeis: alteração do termo “políticas contábeis significativas” para “políticas contábeis materiais”. A alteração também define o que é



"informação de política contábil material", explica como identificá-las e esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes.

CPC 23/IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: a alteração esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual.

CPC 32/IAS 12 - Tributos sobre o Lucro: a alteração requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exige o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais.

CPC 32/IAS 12 – Tributos sobre o Lucro: em dezembro de 2021, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgou as regras do modelo Pilar Dois objetivando uma reforma da tributação corporativa internacional de forma a garantir que grupos econômicos multinacionais dentro do escopo dessas regras paguem imposto sobre o lucro mínimo efetivo à taxa de 15%. A alíquota efetiva de impostos sobre o lucro de cada país, calculada nesse modelo, foi denominada “GloBE effective tax rate” ou alíquota efetiva GloBE. Essas regras deverão ser aprovadas pela legislação local de cada país, sendo que alguns já promulgaram novas leis ou estão em processo de discussão e aprovação. As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para o Grupo, exceto pelas alterações em relação às alterações do CPC 26 (R1) sobre a definição e identificação de políticas contábeis materiais.

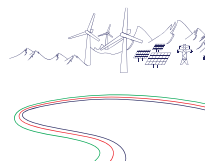
2.4.2 Novas normas emitidas e emendas as normas contábeis ainda não adotadas pela Companhia

CPC 26(R1)/IAS 1 e CPC40/IFRS 7 - Acordos de Financiamento de Fornecedores - As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores (“Risco Sacado”) que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez.

CPC 06(R2)/IFRS 16 - Passivo de arrendamento em uma transação de “Sale and Leaseback” - a alteração traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação.

CPC 26 (R1)/IAS 1 - Classificação do Passivo como Circulante ou Não Circulante e Passivo Não Circulante com Covenants

O Grupo não espera impactos significativos em suas demonstrações financeiras em relação as normas supracitas. As alterações serão aplicáveis a partir de 10 de janeiro de 2024.



2.5 Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração das informações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia e de suas controladas se baseiem em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Anualmente, a Companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas para a elaboração das Demonstrações Contábeis.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das informações contábeis, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE (Nota explicativa 5); Ativo financeiro (Nota explicativa 6); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias (Nota explicativa 26); Avaliação da vida útil do Imobilizado e do Intangível (Notas explicativas 13 e 14); Provisões para Capex melhorias (Nota explicativa 20); e Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota explicativa 27).

2.6 Continuidade operacional

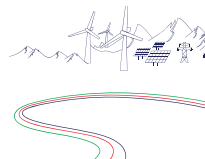
A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

O Capital circulante líquido negativo no consolidado da Companhia em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 1.576.573 (R\$1.055.931 negativo em 2022), decorrente principalmente, pelo vencimento em julho de 2024 da Nota Comercial no valor de R\$ 1.300.000 junto ao Bradesco e Santander para financiamento da construção dos parques solares Panati-Sitiá e Marangatu.

As controladas Panati e Marangatu dispõem de algumas alternativas para refinanciamento desta dívida, tais como: financiamento de longo prazo com bancos de fomento, dívida bancária e mercado de capitais local e internacional.

A controlada UHESS possui 2 dívidas com vencimento em 2024. As dívidas se referem a 1ª emissão de Debentures Série 2 no valor de R\$ 200.000.000 e Loan com o Deutsche Bank no valor de R\$ 276.000.000. Tais dívidas deverão ser pagas com a geração de caixa da companhia.

Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.



3. Políticas contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. A adoção das políticas contábeis e os conceitos estão descritos abaixo em cada uma das notas explicativas correspondentes.

4. Caixa e equivalentes de caixa

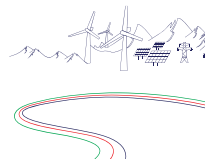
Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações operacionais, de investimento e financiamento são segregadas conforme cada atividade e negócio da Companhia. A classificação por atividade proporciona informações que permitem aos usuários avaliarem o impacto de tais atividades sobre a posição financeira da entidade e o montante de seu caixa e equivalentes de caixa.

A Companhia classifica os juros pagos nas operações de empréstimos, financiamentos, debêntures e derivativos como atividades de financiamento em sua Demonstração de Fluxo de Caixa, pois estão totalmente atrelados a estas atividades de obtenção de recursos financeiros, ou seja, as operações de financiamentos contratadas como estratégia de composição da estrutura de capital da empresa, sendo essa uma estratégia financeira e não operacional.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Caixas e Bancos	140	5	103.160	5.061
Aplicações financeiras de curto prazo	97.890	246.289	507.226	967.437
	98.030	246.294	610.386	972.498

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos estão remunerados à taxa de 100% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI e são vinculados a modalidade de aplicação CDB.



5. Concessionárias

	<u>Consolidado</u>		<u>Saldo líquido em 31/12/2023</u>	<u>Saldo líquido em 31/12/2022</u>
	<u>Corrente a Vencer</u>			
	<u>Até 60 dias</u>	<u>Mais de 60 dias</u>		
Circulante				
Suprimento de energia elétrica	44.086	11.032	55.118	53.636
Energia de curto prazo	-	-	-	2.516
Total Circulante	44.086	11.032	55.118	56.152

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária das controladas.

Contas a receber decorrente do suprimento de energia elétrica nos ambientes regulados e livres. Em 31 de dezembro de 2023, a Administração da Companhia e suas controladas consideraram que não seria necessária a constituição de qualquer provisão para créditos de liquidação duvidosa, visto que os riscos de não realização dos ativos são irrelevantes e as controladas não possuem expectativa de perda na realização das contas a receber derivados de seus contratos.

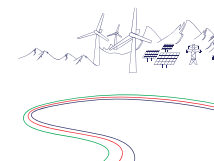
6. Ativo financeiro

Política contábil

A Controlada UHE São Simão considerou as orientações emanadas da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão e as orientações descritas em Orientação Técnica OCPC 05 - Contratos de Concessão, emitidas pelo CPC em dezembro de 2011 e dezembro de 2010, respectivamente, na contabilização inicial e mensuração subsequente do ativo financeiro da concessão.

Com base nas características do contrato de concessão, a Companhia concluiu que a outorga paga será recuperada por meio de três fluxos de caixa, sendo dois deles advindos de suas atividades reguladas: (a) O valor da RBO (Receita de Bonificação da Outorga), a ser recebida diretamente do Poder Concedente, que representa o direito incondicional da Companhia de receber caixa, pela venda de energia no ambiente de contratação regulado; e (b) Receita de Operação e Manutenção - O&M e CAPEX melhorias, para custear os custos de operação da usina e as melhorias nos ativos imobilizados da concessão; e um terceiro fluxo de caixa advindo de suas atividades não reguladas, representadas pela venda de energia do ambiente de contratação livre (emissão e faturamento mensal da medição de energia vendida) durante o prazo de concessão.

O fluxo de caixa proveniente do recebimento da RAG (Receita Anual de Geração) referente ao fluxo de caixa pela venda de energia no ambiente de contratação regulado (ACR) - também denominado "regime de quotas", foi classificado como ativo financeiro da concessão e representa o direito incondicional da Companhia de receber caixa do Poder Concedente para a cobertura: i) do valor pago pela outorga para obtenção do direito de explorar a infraestrutura do serviço



público; e ii) para cobertura dos gastos de Operação e Manutenção - O&M e CAPEX melhorias.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não identificou nenhum evento que possa impactar o fluxo estimado de caixa futuro do referido ativo de maneira significativa. A Administração da Companhia considera reduzido o risco de crédito do ativo financeiro da concessão, visto que o contrato firmado assegura o direito incondicional de receber caixa ao longo do prazo do contrato de concessão, a ser pago pelo Poder Concedente. Desta forma, nenhuma provisão para redução ao provável valor de recuperação foi constituída.

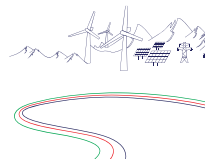
Reconhecimento e mensuração

Em 10 de novembro de 2017, a controlada UHE São Simão firmou com a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, por um prazo de 30 anos, contrato de concessão para prestação o serviço de geração de energia elétrica em regime de cotas de garantia física de energia e potência referente a Usina São Simão. A concessão pertencia à Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), tendo ido a leilão em 27 de setembro de 2017, conforme parâmetros técnicos e econômicos estabelecidos na Resolução nº 12/2017, do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE). A bonificação pela outorga paga pela Companhia na aquisição do direito de explorar a Usina São Simão foi de R\$ 7.180.000 e o pagamento se deu em parcela única em 28 de novembro de 2017.

Na assinatura do contrato, a controlada UHE São Simão optou pela operação assistida pelo período de 180 dias contados a partir daquela data, portanto, a assunção do serviço de geração por parte da Companhia ocorreu no dia 10 de maio de 2018, quando assumiu a operação da Usina São Simão, data em que o período de 30 anos previsto no contrato de concessão passou a vigorar.

A energia produzida, conforme capacidade da usina é destinada na proporção de 70% ao ACR (Ambiente de Contratação Regulado) no Sistema de Cota de Garantia Física, e 30% ao ACL (Ambiente de Contratação Livre).

Durante o período da concessão, a controlada UHE São Simão fará jus ao recebimento da Receita Anual de Geração (RAG) no montante estabelecido de R\$ 1.032.161, sendo R\$ 796.629 referente a parcela da RBO (Receita de bonificação da Outorga) e R\$ 235.532 referente a GAG (Custo de Gestão dos Ativos de Geração), que inclui a receita de Operação e Manutenção - O&M e os investimentos de melhorias (CAPEX), conforme estabelecido no contrato de concessão. Estes montantes acima foram reduzidos para 70% a partir de 10 de maio de 2018, conforme Nota Técnica nº 159 de 11 de julho de 2018, sendo R\$ 577.641 referente a parcela da RBO e R\$ 164.872 referente a GAG.



SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Abaixo seguem as atualizações anuais homologadas pela ANEEL referente ao recebimento da RBO e GAG.

Nota técnica	Data da homologação	Vigência	IPCA RBO	RBO	IPCA GAG	GAG
159	11.07.2018	01.07.2018 a 30.06.2019	-	557.641	-	164.872
136	17.07.2019	01.07.2019 a 30.06.2020	7,44%	599.144	7,99%	178.047
129	27.07.2020	01.07.2020 a 30.06.2021	2,13%	611.920	2,13%	181.844
156	09.07.2021	01.07.2021 a 30.06.2022	8,35%	662.998	8,35%	197.022
121	11.07.2022	01.07.2022 a 30.06.2023	11,89%	741.807	11,89%	220.442
59	17.07.2023	01.07.2023 a 30.06.2024	3,16%	765.260	3,16%	227.411

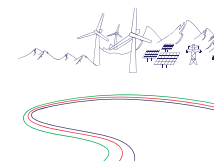
Com base nesse entendimento, a UHE São Simão aplicou o modelo bifurcado, o qual utilizou o método do valor justo relativo (relative fair value), que melhor reflete seu modelo de negócio, e então, procedeu com o cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros a ser liquidada do ACR e ACL para determinar o montante a ser bifurcado entre ativo financeiro da concessão e ativo intangível.

O montante apurado que representa o direito incondicional da controlada UHE São Simão de receber caixa durante o período de concessão foi classificado como ativo financeiro. O ativo financeiro da concessão será remunerado a uma taxa de 18,02% a.a., antes dos impostos, calculada com base no fluxo de caixa futuro pelo recebimento da RBO e GAG.

A UHE São Simão classifica os saldos do ativo financeiro como instrumentos financeiros “valor justo por meio de resultado”, pois o fluxo de caixa não é caracterizado apenas como principal e juros. O modelo de negócio da UHE São Simão para este ativo é recuperar o investimento realizado, cuja valorização é baseada no fluxo de caixa futuro pelo recebimento da RBO e GAG, acrescido de correção monetária pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

A movimentação do ativo financeiro foi como segue:

	31/12/2022	Receita financeira	Variação monetária	(-) Faturamento RAG	31/12/2023
Ativo financeiro - RBO	7.325.860	766.017	317.864	(820.596)	7.589.145
Ativo financeiro - GAG	345.040	545.280	33.906	(511.363)	412.863
(-) PIS/COFINS	(709.559)	(121.295)	(32.539)	123.206	(740.187)
Total	6.961.341	1.190.002	319.231	(1.208.753)	7.261.821
Circulante	807.169				839.394
Não Circulante	6.154.172				6.422.427
Total	6.961.341				7.261.821



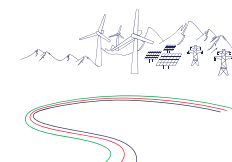
SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Imposto de renda, contribuição social e outros tributos

	Controladora								Saldo em 31/12/2023
	Saldo em 31/12/2022	Adição	Baixas	Atualização monetária	Adiantamentos / Pagamentos	Compensação de tributos	Transferência		
Ativo - a recuperar									
IRRF sobre aplicação financeira	1.878	6.479	-	-	-	-	(7.799)		558
Imposto de renda e contribuição social a compensar	9.720	7.029	-	1.874	(191)	(2.834)	7.799		23.397
Total	11.598	13.508	-	1.874	(191)	(2.834)	-		23.955
Circulante (i)	11.598								23.955
Total	11.598								23.955
Passivo - a recolher									
PIS e COFINS	179	1.946	-	-	(30)	(2.041)	-		54
Tributos sobre serviços prestados por terceiros	130	(805)	1	-	1.575	(793)	-		109
Outros	-	(9)	-	-	9	-	-		-
Total	309	1.132	1	-	1.554	(2.834)	-		162
Circulante	309								162
Total	309								162

	Consolidado									
	Saldo em 31/12/2022	Adição	Baixas	Atualização monetária	Adiantamentos / Pagamentos	Recebimento	Compensação de tributos	Reclassificação	Transferência	Saldo em 31/12/2023
Ativo – a recuperar										
Imposto de renda e contribuição social	5	4.956	-	-	58.920	-	(57.527)	4	(6.352)	6
PIS e COFINS	8	41.620	-	-	(168)	-	(41.116)	-	-	344
IRRF sobre aplicação financeira	6.922	32.634	-	-	400	-	(24.457)	(8)	(13.016)	2.475
Imposto de renda e contribuição social a compensar	13.683	252.316	-	73.863	(1.693)	(76.626)	(96.585)	-	66.551	231.509
Outros	23.739	94.614	(529)	1.657	-	-	(98.512)	-	(51)	20.918
Total	44.357	426.140	(529)	75.520	57.459	(76.626)	(318.197)	(4)	47.132	255.252
Circulante	44.357									128.597
Não Circulante	-									126.657
Total	44.357									255.254
Passivo - a recolher										
Imposto de renda e contribuição social	130.905	79.099	(8)	-	(71.523)	-	(174.853)	(34)	46.465	10.051
PIS e COFINS	4.066	182.894	-	-	(38.138)	-	(140.360)	-	-	8.462
ICMS	208	1.114	-	-	(1.253)	-	-	-	-	69
Tributos sobre serviços prestados por terceiros	4.800	39.261	1	-	(32.893)	-	(2.985)	32	-	8.216
Outros	389	(63)	-	-	135	-	-	-	-	461
Total	140.368	302.305	(7)	-	(143.672)	-	(318.198)	(2)	46.465	27.259
Circulante	139.979									26.869
Não Circulante	389									390
Total	140.368									27.259



SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Cauções e depósitos judiciais

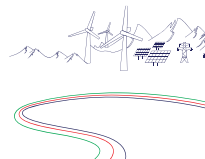
	Controladora		Consolidado	
	Circulante	Circulante	Não Circulante	
	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Depósitos judiciais	-	-	664	525
Citibank - conta reserva (i)	-	-	-	7.772
Banco Nordeste do Brasil S/A (ii)	-	-	3.951	3.518
Citibank - Escrow GNA I (iii)	124.197	124.197	-	-
Total	124.197	124.197	4.615	11.815

- (i) A conta reserva que a Companhia mantinha no Banco Citibank foi liberada por motivo de quitação do empréstimo com o BNDES;
- (ii) Os depósitos vinculados no montante de R\$3.951 em 31 de dezembro de 2022 (R\$3.518 em 2022) referem-se, integralmente, a aplicação financeira realizada pela controlada Millennium, remunerada à taxa de 99% do CDI, e será mantida pela Empresa até a data de seu vencimento em 01 de maio de 2026, como conta reserva do empréstimo captado com o Banco Nordeste do Brasil;
- (iii) Depósito vinculado junto ao Citibank no montante de R\$ 124.197 em 31 de dezembro de 2022 foi resgatado em abril de 2023 para cumprir aporte estipulado como contrato de aquisição de GNA I.

9. Outros ativos e passivos

	Controladora			Consolidado			
	31/12/2023		31/12/2022	31/12/2023		31/12/2022	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Outros ativos							
Serviços em curso	-	-	-	3.297	-	12.738	-
Despesas antecipadas	86	-	534	12.781	-	9.094	-
Despesas antecipadas com capitação de dívida	-	-	-	8.478	-	1.500	-
Adiantamentos da folha	45	-	72	1.168	-	713	-
Adiantamentos a fornecedores	16	-	9	11.000	-	5.613	-
Estoque	3	-	-	670	-	3.201	-
Conta a receber BP Gas Marketing Ltd. (i)	-	77.331	-	-	77.331	-	-
Outros	7	-	8	255	-	691	86
Total	156	77.331	623	37.648	77.331	33.550	86
Outros passivos							
Adiantamentos a clientes	-	-	-	1.021	-	6.255	-
Outros passivos	-	-	2	13	3.256	5	-
Total	-	-	2	1.034	3.256	6.260	-

- (i) Na Companhia o valor de R\$ 77.331 refere-se a cessão de direito entre GNA I e BP Gas Marketing Ltd. Este montante será pago pela Companhia e recebido posteriormente conforme nota explicativa 15.



SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

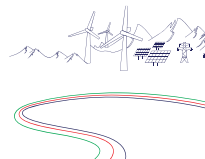
10. Partes Relacionadas

	Natureza	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Balço patrimonial					
Ativo					
UHE São Simão Energia	Dividendos	126.822	73.537	-	-
Pacific Hydro Energia do Brasil	Mútuo	-	56.601	-	-
Pacific Hydro Energia do Brasil	Reembolso de custos de projetos	-	9.714	-	-
Pacific Hydro Energia do Brasil	Dividendos	-	4.033	-	-
Pacific Hydro Energia do Brasil	AFAC	-	57.437	-	-
SPIC Térmicas e Participações	Reembolso de custos de projetos	17	9	-	-
SPIC Brasil Comercializadora de Energia	Dividendos	161	35	-	-
GNA I Geração de Energia (i)	Mútuo	71.621	63.471	71.621	63.471
GNA II Geração de Energia (i)	Mútuo	116.635	116.635	116.635	116.635
Pacific Hydro Australia - WHT	Reembolso de custos de projetos	-	-	-	748
Outros	Reembolso de custos de projetos	-	-	204	212
Total ativo		315.256	381.472	188.460	181.066
Passivo					
SPIC Green Energy Ltd	Dividendos	615.821	371.260	615.821	371.260
Pacific Hydro International	Mútuo	-	-	942	942
SPIC Pacific Hydro PTY	Mútuo	-	56.601	-	56.601
Outros	Custos compartilhados	-	-	29	29
SPIC Luxembourg Latin America Renewable Energy	Mútuo	-	-	-	2.622.712
Investment Company S.À.R.L (ii)	Mútuo	-	-	-	-
SPIC Pacific Hydro PTY	Reembolso de custos de projetos	-	9.714	-	9.714
Total passivo		615.896	437.575	616.792	3.061.258
Resultado					
SPIC Luxembourg Latin America Renewable Energy	Mútuo	-	-	(118.829)	(142.227)
Investment Company S.À.R.L (ii)	Mútuo	(1.273)	18.448	(1.273)	18.448
SPIC Pacific Hydro PTY	Mútuo	1.273	(18.448)	-	-
Pacific Hydro Energia do Brasil	Mútuo	-	-	-	-
Total Resultado		-	-	(120.102)	(123.779)

- (i) Referem-se a juros sobre os principais (quitados em 2022) de mútuos concedidos para GNA I e GNA II. Contratualmente não há acréscimos legais sobre estes valores.
- (ii) Refere-se a dívida em moeda estrangeira e suas características estão descritas na nota explicativa 16.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a remuneração dos Diretores Executivos no consolidado totalizou R\$ 10.718 (R\$7.373 em 2022).

Não houve transações de compras e vendas entre as partes relacionadas durante os exercícios de 2023 e 2022.



SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Investimento

a. Composição do investimento e informações sobre as controladas:

	Composição do investimento		Informações sobre as controladas				
	2023	2022	Percentual de participação	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado do exercício
Participações em empresas Controladas							
UHE São Simão Energia	2.526.650	2.232.173	51%	10.147.925	5.193.706	4.954.219	1.047.035
Pacific Hydro Energia do Brasil	974.507	189.915	100%	2.862.560	1.546.605	1.315.955	(13.745)
SPIC Térmicas	1.112.869	1.085.490	100%	1.112.889	20	1.112.869	(31.995)
SPIC Comercializadora	11.416	1.612	100%	11.802	386	11.416	530
GNA I (i)	234.101	335.619	33%	5.859.548	5.179.388	680.160	(459.675)
GNA I - Mais valia	24.792	25.638					
Total Investimentos	4.884.335	3.870.447,00					

b. Movimentação do investimento:

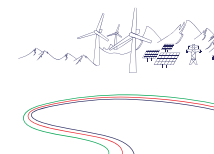
	Controladora						
	Saldo em 31/12/2022	Outros resultados abrangentes	MEP	Aumento de capital	Dividendos	Amortização mais Valia	Saldo em 31/12/2023
São Simão Energia	2.232.173	(25.988)	533.987	-	(213.522)	-	2.526.650
Pacific Hydro Energia do Brasil	189.915	-	(13.745)	798.337	-	-	974.507
SPIC Térmicas	1.085.490	59.374	(31.995)	-	-	-	1.112.869
SPIC Comercializadora	1.612	-	530	9.400	(126)	-	11.416
GNA I	335.619	(3.417)	(151.693)	53.592	-	-	234.101
GNA I - Mais valia	25.638	-	-	-	-	(846)	24.792
Total	3.870.447	29.969	337.084	861.329	(213.648)	(846)	4.884.335

	Consolidado								
	Saldo em 31/12/2022	Outros resultados abrangentes	MEP	Aumento de capital	Dividendos	Amortização mais Valia	Saldo em 31/12/2023	Eliminações	Saldo em 31/12/2023
São Simão Energia	2.232.173	(25.988)	533.987	-	(213.522)	-	2.526.650	(2.526.650)	-
Pacific Hydro Energia do Brasil	189.915	-	(13.745)	798.337	-	-	974.507	(974.507)	-
SPIC Térmicas (i)	1.085.490	59.374	(31.995)	-	-	-	1.112.869	19	1.112.888
SPIC Comercializadora	1.612	-	530	9.400	(126)	-	11.416	(11.416)	-
GNA I	335.619	(3.417)	(151.693)	53.592	-	-	234.101	-	234.101
GNA I - Mais valia (ii)	25.638	-	-	-	-	(846)	24.792	-	24.792
Total	3.870.447	29.969	337.084	861.329	(213.648)	(846)	4.884.335	(3.512.554)	1.371.781

	Controladora						
	Saldo em 31/12/2021	Outros resultados abrangentes	MEP	Aumento de capital	Dividendos	Amortização mais Valia	Saldo em 31/12/2022
São Simão Energia	2.115.861	(33.058)	309.627	-	(160.257)	-	2.232.173
Pacific Hydro Energia do Brasil	129.130	-	42.822	21.997	(4.034)	-	189.915
SPIC Térmicas	(39.616)	(75.985)	(53.347)	1.254.438	-	-	1.085.490
SPIC Comercializadora	1.500	-	147	-	(35)	-	1.612
GNA I	473.576	(4.949)	(133.008)	-	-	-	335.619
GNA I - Mais valia	26.484	-	-	-	-	(846)	25.638
Total	2.706.935	(113.992)	166.241	1.276.435	(164.326)	(846)	3.870.447

	Consolidado								
	Saldo em 31/12/2021	Outros resultados abrangentes	MEP	Aumento de capital	Dividendos	Amortização mais Valia	Saldo em 31/12/2022	Eliminações	Saldo em 31/12/2022
São Simão Energia	2.115.861	(33.058)	309.627	-	(160.257)	-	2.232.173	(2.232.173)	-
Pacific Hydro Energia do Brasil	129.130	-	42.822	21.997	(4.034)	-	189.915	(189.915)	-
SPIC Térmicas (i)	(39.616)	(75.985)	(53.347)	1.254.438	-	-	1.085.490	19	1.085.509
SPIC Comercializadora	1.500	-	147	-	(35)	-	1.612	(769)	843
GNA I	473.576	(4.949)	(133.008)	-	-	-	335.619	-	335.619
GNA I - Mais valia (ii)	26.484	-	-	-	-	(846)	25.638	-	25.638
Total	2.706.935	(113.992)	166.241	1.276.435	(164.326)	(846)	3.870.447	(2.422.838)	1.447.609

- (i) O saldo não eliminado de SPIC Térmicas, refere-se a investida indireta GNA II o qual a SPIC Térmicas não possui controle, desta forma o saldo não é eliminado no consolidado.
- (ii) Referem-se a mais valia apurada nos laudos de avaliação sobre os ativos de GNA I e GNA II. A amortização se dará pela depreciação dos ativos de GNA I e por meio dos contratos de energia elétrica para GNA II.



12. Direito de uso

Referem-se aos ativos decorrentes da aplicação do CPC 06 (R2) a partir de 1º de janeiro de 2019. O principal ativo reconhecido possui a seguinte característica:

- Terrenos: referem-se, substancialmente, aos contratos de arrendamentos de terras relativos aos parques eólicos das empresas Vale dos Ventos e Millennium.
- Edificações, obras civis e benfeitorias: referem-se, substancialmente, aos contratos de aluguel relativo às sedes das controladas UHE São Simão e Pacific Hydro Brasil.

a. Composição do ativo de direito de uso

	Consolidado							
	31/12/2023			31/12/2022				
	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Direito de uso								
Administração								
Aluguéis de imóveis	12,63%	29.968	(14.914)	15.054	12,63%	29.968	(11.070)	18.898
		29.968	(14.914)	15.054		29.968	(11.070)	18.898
Atividades não vinculadas à concessão								
Arrendamento de terras	9,85%	38.722	(8.406)	30.316	11,44%	19.646	(5.761)	13.885
Aluguéis de imóveis	12,26%	613	(230)	383	32,31%	585	(107)	478
		39.335	(8.636)	30.699		20.231	(5.868)	14.363
Total direito de uso		69.303	(23.550)	45.753		50.199	(16.938)	33.261

b. Movimentação do ativo de direito de uso

	Consolidado				
	Valor líquido em 31/12/2022	Adição	Correção contratual	Depreciações	Valor líquido em 31/12/2023
Ativos de direito de uso					
Arrendamento de terras	13.885	19.621	(545)	(2.645)	30.316
Aluguéis de imóveis	19.376	-	28	(3.967)	15.437
Total Ativos de direito de uso	33.261	19.621	(517)	(6.612)	45.753

	Consolidado				
	Valor líquido em 31/12/2021	Adição	Correção contratual	Depreciações	Valor líquido em 31/12/2022
Ativos de direito de uso					
Arrendamento de terras	12.580	2.241	946	(1.882)	13.885
Aluguéis de imóveis	21.314	-	1.450	(3.388)	19.376
Total Ativos de direito de uso	33.894	2.241	2.396	(5.270)	33.261



13. Imobilizado

Obras em andamento, móveis e utensílios, instalações e equipamentos são demonstrados ao custo de aquisição acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras quaisquer custos diretamente atribuíveis para ativação do bem no devido funcionamento, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. Esse custo inclui o custo de reposição do ativo imobilizado e custos de financiamentos para projetos de construção se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Quando partes significativas do ativo imobilizado precisarem ser substituídas em intervalos, a Companhia as deprecia separadamente com base em suas vidas úteis específicas.

Os custos com manutenções periódicas e rotineiras dos itens são reconhecidos diretamente no resultado do exercício quando incorridos.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa nº674 de 11 de agosto de 2015 e são condizentes com a vida útil estimada pela administração. No advento do termo final do Contrato, todos os bens e instalações vinculados à Usina Hidrelétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da mesma.

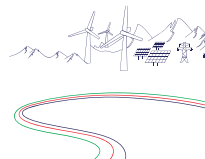
Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. Em 31 de dezembro de 2023, a Administração da Companhia não identificou indicativo de não realização de seus ativos.



SPIC Brasil Energia Participações S.A.

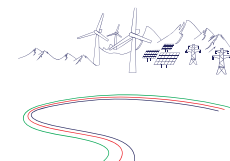
Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b. Movimentação do Imobilizado

Imobilizado	Controladora			
	Valor líquido em 31/12/2022	Ingressos	Depreciações	Valor líquido em 31/12/2023
Máquinas e equipamentos	69	11	(20)	60
Total do imobilizado em serviço	69	11	(20)	60
Máquinas e equipamentos		2.631		2.631
Total do imobilizado	69	2.642	(20)	2.691

Imobilizado	Consolidado								
	Valor líquido em 31/12/2022	Ingressos	Transf. p/ imobilizado em serviço	Depreciações	Baixas	Transf. para reparo	Reclassificação (i)	Impostos recuperáveis	Valor líquido em 31/12/2023
Imobilizado em serviço									
Edificações, obras civis e benfeitorias	10.095	-	451	(1.377)	-	-	-	173	9.342
Máquinas e equipamentos	84.867	1.819	203	(14.313)	(24)	35	-	1.023	73.610
Veículos	691	220	-	(141)	-	-	-	-	770
Móveis e utensílios	1.850	142	62	(175)	(35)	-	-	-	1.844
Descomissionamento	2.994	21.384	-	(485)	-	-	-	-	23.893
Total do imobilizado em serviço	101.099	23.565	716	(16.491)	(59)	35	-	1.196	110.061
Imobilizado em curso									
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	359	149	(508)	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	3.947	1.936.793	(579)	-	-	-	59.547	-	1.999.708
Móveis e utensílios	14	9	(23)	-	-	-	-	-	-
Adiantamento a fornecedores	12.935	264.378	-	-	-	-	-	-	277.313
Outros	20	34.564	-	-	-	-	-	-	34.584
Total do imobilizado em curso	17.275	2.235.893	(1.110)	-	-	-	59.547	-	2.311.605
Total do imobilizado	118.374	2.259.458	(394)	(16.491)	(59)	35	59.547	1.196	2.421.666

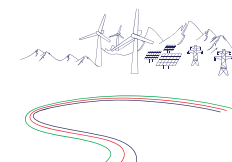
(i) O valor de R\$ 59.547 foi reclassificado do intangível para o imobilizado para refletir os gastos com a construção dos parques solares.



SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Imobilizado	Controladora			Consolidado							
	Valor líquido em 31/12/2021	Depreciações	Valor líquido em 31/12/2022	Valor líquido em 31/12/2021	Ingressos	Transf. p/ imobilizado em serviço	Depreciações	Baixas	Transf. para reparo	Impostos recuperáveis	Valor líquido em 31/12/2022
Máquinas e equipamentos	89	(20)	69								
Total do imobilizado em serviço	89	(20)	69								
Total do imobilizado	89	(20)	69								
Imobilizado em serviço											
Edificações, obras civis e benfeitorias	11.242	11	-	(1.376)	-	-	-	-	-	172	10.049
Máquinas e equipamentos	96.551	808	634	(14.050)	(2)	-	-	-	-	1.022	84.963
Veículos	1.121	-	-	(153)	-	-	-	-	-	-	968
Móveis e utensílios	1.248	56	427	(161)	-	-	-	-	-	-	1.570
Descomissionamento	3.479	-	-	(485)	-	-	-	-	-	-	2.994
Total do imobilizado em serviço	113.641	875	1.061	(16.225)	(2)	-	-	-	-	1.194	100.544
Imobilizado em curso											
Terrenos	602	-	-	-	-	-	-	-	-	-	602
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	359	-	-	-	-	-	-	-	-	359
Máquinas e equipamentos	2.446	613	(815)	-	-	1.554	-	-	-	-	3.798
Móveis e utensílios	116	144	(246)	-	-	-	-	-	-	-	14
Outros	122	-	-	-	-	-	-	-	-	-	122
Total do imobilizado em curso	3.286	1.116	(1.061)	-	-	1.554	-	-	-	-	4.895
Total do imobilizado	116.927	1.991	-	(16.225)	(2)	1.554	-	-	1.194	-	105.439



14. Intangível

Os ativos classificados como intangíveis representam substancialmente, o valor pago pela Companhia para adquirir o direito de vender parte da energia produzida no ambiente de contratação livre (ACL), por meio do uso da infraestrutura do serviço público ao longo do contrato da concessão.

O ativo intangível foi inicialmente reconhecido pelo seu valor justo na data de sua aquisição. Após o seu reconhecimento inicial, o ativo intangível será amortizado de forma linear pelo prazo do contrato de concessão, por ser considerado como de vida útil definida.

Os demais ativos intangíveis, tais como softwares, estão mensurados pelo custo total de aquisição e/ou construção menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Estes intangíveis possuem vidas úteis definidas com base na aquisição ou nos seus contratos comerciais e são amortizados pela sua vida útil econômica definida pelo poder concedente.

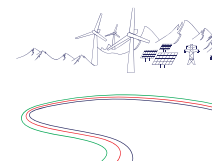
Os gastos com desenvolvimentos de projetos são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1) e são registradas ao custo de aquisição e formação, deduzindo o valor de amortização. Os gastos com pesquisas são registrados como despesas quando incorridos, e os gastos com desenvolvimento são capitalizados, se tiverem viabilidade tecnológica e econômica, e amortizados pelo período esperado de benefícios dentro do grupo de despesas operacionais. Os custos de desenvolvimento de um projeto específico são reconhecidos como ativo intangível sempre que se puder demonstrar: (i) a viabilidade técnica de concluir o ativo intangível da forma que estará disponível para uso ou venda; (ii) a intenção de concluir o ativo e a habilidade de usar ou vender o ativo; (iii) como o ativo gerará benefícios econômicos futuros; (iv) a disponibilidade de recursos para concluir o ativo; e (v) a capacidade de avaliar de forma confiável os gastos incorridos durante a fase de desenvolvimento.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis ou nos seus contratos comerciais, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Em 31 de dezembro de 2023, a Administração da Companhia e suas controladas, através de teste de impairment, identificou que não seria necessária a constituição de qualquer provisão para desvalorização de seus ativos imobilizados e intangíveis.

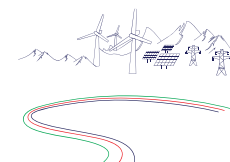


SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a. Composição do intangível

	Taxas anuais médias de amortização %	Consolidado					
		31/12/2023			31/12/2022		
		Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço							
Pesquisa e Desenvolvimento	5,00%	1.594	(1.182)	412	1.594	(1.103)	491
Gastos pré-operacionais	5,00%	7.560	(5.607)	1.953	7.560	(5.229)	2.331
Ágio no Investimento		22.410	-	22.410	22.410	-	22.410
Software	20,00%	11.306	(5.921)	5.385	7.657	(4.495)	3.162
Direito de concessão - Outros	3,34%	1.956.384	(365.831)	1.590.553	1.956.384	(300.482)	1.655.902
Outorga de autorização		69.760	-	69.760	69.760	-	69.760
CAPEX melhorias	3,51%	874.638	(119.972)	754.666	874.638	(89.063)	785.575
Intangível em curso							-
Projeto Paraíso Azul		-	-	-	11.197	-	11.197
Projeto Paraíso Farol		-	-	-	22.260	-	22.260
Projeto Panati		704	-	704	19.213	-	19.213
Projeto Marangatu		384	-	384	40.055	-	40.055
Outros projetos		-	-	-	276	-	276
Software		3.032	-	3.032	1.765	-	1.765
Total intangível		<u>2.947.772</u>	<u>(498.513)</u>	<u>2.449.259</u>	<u>3.034.769</u>	<u>(400.372)</u>	<u>2.634.397</u>



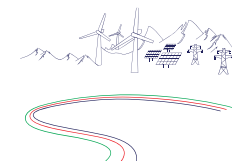
SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b. Movimentação do Intangível

	Saldo em 31/12/2022	Adições	Baixas	Amortização	Reclassificação	Saldo em 31/12/2023
Intangível em serviço						
Pesquisa e Desenvolvimento (i)	491	-	-	(79)	-	412
Gastos pré-operacionais (i)	2.331	-	-	(378)	-	1.953
Ágio no Investimento (ii)	22.410	-	-	-	-	22.410
Software (iii)	3.162	3.256	-	(1.427)	394	5.385
Direito de concessão - Outros (iii)	1.655.902	-	-	(65.349)	-	1.590.553
Outorga de autorização (iv)	69.760	-	-	-	-	69.760
CAPEX melhorias (v)	785.575	-	-	(30.909)	-	754.666
Intangível em curso						
Projeto Paraíso Azul (vi)	11.197	-	(11.197)	-	-	-
Projeto Paraíso Farol (vi)	22.260	-	(22.260)	-	-	-
Projeto Panati (vii)	19.213	705	-	-	(19.214)	704
Projeto Marangatu (vii)	40.055	385	-	-	(40.056)	384
Outros projetos	276	-	-	-	(276)	-
Software	1.765	1.267	-	-	-	3.032
	<u>2.634.397</u>	<u>5.613</u>	<u>(33.457)</u>	<u>(98.142)</u>	<u>(59.152)</u>	<u>2.449.259</u>

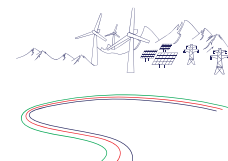
	Consolidado				
	Saldo em 31/12/2021	Adições	Amortização	Transferência AIC p/ AIS	Saldo em 31/12/2022
Intangível em serviço					
Desenvolvimento (i)	571	-	(80)	-	491
Gastos pré-operacionais (i)	2.709	-	(378)	-	2.331
Ágio no Investimento (ii)	22.410	-	-	-	22.410
Software (iii)	2.717	-	(1.391)	1.836	3.162
Direito de concessão - Outros (iii)	1.721.251	-	(65.349)	-	1.655.902
Outorga de autorização (iv)	-	69.760	-	-	69.760
CAPEX melhorias (v)	816.483	-	(30.908)	-	785.575
Intangível em curso					
Projeto Paraíso Azul (vi)	11.197	-	-	-	11.197
Projeto Paraíso Farol (vi)	22.260	-	-	-	22.260
Projeto Panati (vii)	-	19.213	-	-	19.213
Projeto Marangatu (vii)	-	40.055	-	-	40.055
Outros projetos	-	276	-	-	276
Software	2.497	1.104	-	(1.836)	1.765
	<u>2.602.095</u>	<u>130.408</u>	<u>(98.106)</u>	<u>-</u>	<u>2.634.397</u>



Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas 31 dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (i) No consolidado foram reconhecidos gastos com desenvolvimento da planta de geração de energia eólica na controlada Vale dos Ventos. Esses gastos são amortizados linearmente no prazo de 20 anos, correspondente à vida útil estimada do parque industrial construído para a geração de energia eólica.
- (ii) O ágio foi gerado quando da aquisição das controladas Millennium, Vale dos Ventos e Energia Limpa e não são amortizados. O saldo de ágio está suportado por laudos emitidos por peritos independentes e encontram-se fundamentados na expectativa de rentabilidade futura das operações adquiridas. Em 31 de dezembro de 2023, a Administração da Companhia procedeu a testes de recuperabilidade desse ágio, tendo por base o método de projeção de fluxos de caixa, constatando que não há necessidade de reconhecimentos de nenhuma perda no valor recuperável.
- (iii) Referem-se aquisição de *software* e ao direito da controlada UHE São Simão de negociar energia elétrica no ambiente de contratação livre - ACL pelo uso de infraestrutura, originado da bifurcação requerida pelo ICPC 01 (R1), e estão registrados ao seu valor de custo.
- (iv) Na controlada Pacific Hydro foram reconhecidos o valor justo decorrente das aquisições de Panati e Marangatu, os quais foram classificados como Outorga de autorização que são os montantes futuros avaliados pelos PPA's destas Companhias e serão amortizados após a entrada em operação pelo período destes PPA's.
- (v) Refere-se ao reconhecimento inicial das provisões para CAPEX melhoria tratado como intangível demonstrado na nota explicativa 20.
- (vi) Na controlada Pacific Hydro Entre 2009 e 2021 foram reconhecidos na Controladora gastos com a pesquisa dos Projetos Paraíso Azul, Paraíso Farol para a geração de energia eólica. Os projetos estão situados em Touros-RN. Em 2023 a Administração da empresa reavaliou estes gastos dos projetos e efetuou sua baixa total por não viabilidade dos projetos.
- (vii) Na controladas Panati e Marangatu foram reconhecidos gastos com desenvolvimento dos projetos no exercício de 2022. Em 2023 estes montantes foram reclassificados para seus respectivos ativos imobilizados em curso nas controladas de Panati e Marangatu.

A amortização é registrada com base na vida útil estimada de cada bem, limitada ao prazo final da concessão. As taxas de amortização utilizadas apenas na controlada UHE São Simão são as determinadas pela ANEEL, responsável por estabelecer a vida útil dos ativos de geração do setor elétrico, e estão previstas no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico.



SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Fornecedores e outras contas a pagar

A composição da conta de fornecedores é como segue:

	Controladora		Consolidado			
	Circulante		Circulante		Não circulante	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	23.944	23.799	-	-
Materiais e Serviços (i)	79.695	4.791	200.686	37.276	-	-
Outras contas a pagar (ii)	-	-	9.800	29.400	-	-
Retenção contratual (iii)	-	-	-	-	19.313	2.277
	79.695	4.791	234.430	90.475	19.313	2.277

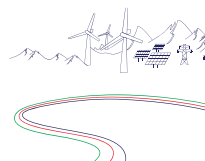
- (i) Na Controladora o valor em materiais e serviços refere-se, principalmente a um pagamento de cessão para a empresa BP Gas Marketing Ltd. no valor de R\$77.331, conforme nota explicativa 8. No consolidado, além do pagamento a BP Gas existem pagamentos para fornecedores de obras nos parques solares de Panati-Sitiá e Marangatu no valor de R\$77.081 e R\$46.274 para fornecedores de para Operação e Manutenção das controladas.
- (ii) Em 2023 a companhia realizou parte dos valores provisionados, referente ao Contas a pagar a Canadian Solar FIP, conforme contrato de compra de ações em 26 de julho de 2022. Foram pagos R\$2.780 para Panati-Sitiá e R\$16.820 para Marangatu, desembolsando assim um montante total de R\$ 19.600 evidenciados no fluxo de caixa.
- (iii) Refere-se, principalmente, a retenção contratual de 3% dos contratos de CAPEX Melhoria – Modernização na controlada UHE São Simão com os fornecedores GE Energias Renováveis e a Powerchina Brasil Construtora Ltda. Estes valores serão pagos após cumprimento das garantias contratuais.

16. Empréstimos, financiamentos, debêntures e derivativos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Composição dos empréstimos e financiamentos:

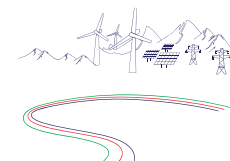
	Controladora						Categoria
	31/12/2023			31/12/2022			
	Encargos	Principal	Total	Encargos	Principal	Total	
	Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Circulante		
Moeda nacional							
MUFG Bank LTD				9.129	369.000	378.129	Custo amortizado
Banco BOCOM BBM S.A.	14.955		448.291				Custo amortizado
Total	14.955		448.291	9.129	369.000	378.129	
Moeda estrangeira							
Bank of China Limited	2.228	380.655	382.883				Valor justo
Total	2.228	380.655	382.883				
Derivativos							
Itaú BBA	5.793		5.793				Valor justo
JP Morgan	(546)		(546)				Valor justo
Total	5.247		5.247				
Total de dívidas	22.430	380.655	448.291	9.129	369.000	378.129	



SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Empresa	Consolidado								Categoria		
	31/12/2023				31/12/2022						
	Encargos		Principal		Total	Encargos		Principal		Total	
	Circulante	Circulante	Não Circulante		Circulante	Circulante	Não Circulante				
Moeda nacional											
BNDES (i)	Millennium			-		36	10.335			10.371	Custo amortizado
Banco Nordeste do Brasil S.A.(ii).	Vale dos Ventos	3	2.646	4.056	6.705	5	2.465	6.701		9.171	Custo amortizado
NC Bradesco-série 1 (iii)	Panati Holding	9.183	150.000		159.183						Custo amortizado
NC Bradesco-série 2 (iv)	Panati Holding	1.901	50.000		51.901						Custo amortizado
NC Bradesco-série 3 (v)	Panati Holding	368	50.000		50.368						Custo amortizado
NC Santander-série 1 (iii)	Panati Holding	9.183	150.000		159.183						Custo amortizado
NC Santander-série 2 (iv)	Panati Holding	1.901	50.000		51.901						Custo amortizado
NC Santander-série 3 (v)	Panati Holding	368	50.000		50.368						Custo amortizado
NC Bradesco-série 1 (vi)	Marangatu Holding	14.731	240.625		255.356						Custo amortizado
NC Santander-série 1 (vi)	Marangatu Holding	6.696	109.375		116.071						Custo amortizado
NC Bradesco-série 2 (vii)	Marangatu Holding	5.879	154.688		160.567						Custo amortizado
NC Santander-série 2 (vii)	Marangatu Holding	2.672	70.312		72.984						Custo amortizado
NC Bradesco-série 3 (viii)	Marangatu Holding	1.978	154.688		156.666						Custo amortizado
NC Santander-série 3 (viii)	Marangatu Holding	899	70.312		71.211						Custo amortizado
MUFG Bank LTD (ix)	SPIC			-	-	9.129	369.000			378.129	Custo amortizado
Banco BOCOM BBM S.A. (x)	SPIC	14.955		448.291	463.246						Custo amortizado
Total		70.716	1.302.646	452.347	1.825.709	9.170	381.800	6.701		397.671	
Moeda estrangeira											
Spic Luxembourg Latin America Renewable Energy Investment Company S.A.R.L. (xi)	UHE São Simão	-	-	-	-	28.289	2.594.423			2.622.712	Custo amortizado
BOCOM (xii)	UHE São Simão	809	26.795	666.354	693.958						Valor justo
ICBC (xiii)	UHE São Simão	221	9.565	198.401	208.187						Valor justo
Deutsche (xiv)	UHE São Simão	255	271.831		272.086						Valor justo
Bank of China Limited (xv)	SPIC	2.227	380.655	-	382.882						Valor justo
Total		3.512	688.846	864.755	1.557.113	28.289	2.594.423			2.622.712	
Debêntures											
Pentagono Trustee - Tranche 1 (xvi)	UHE São Simão	4.146	-	989.213	993.359	4.228	-	943.017		947.245	Valor justo
Pentagono Trustee - Tranche 2 (xvii)	UHE São Simão	2.853	-	199.734	202.587	3.425	-	199.415		202.840	Valor justo
Pentagono - 2° Emissão (xviii)	UHE São Simão	13.764	-	1.152.154	1.165.918	13.420	-	1.095.746		1.109.166	Valor justo
Total		20.763		2.341.101	2.361.864	21.073		2.238.178		2.259.251	
Derivativos											
Bank of America Merrill Lynch (xix)	UHE São Simão		-	-	-	3.382	-	-		3.382	Valor justo
Banco Bradesco S.A. (xx)	UHE São Simão		-	-	-	1.137	-	-		1.137	Valor justo
JPMorgan Chase Bank (xxi)	UHE São Simão		-	-	-	6.822	-	-		6.822	Valor justo
BOCOM (xxii)	UHE São Simão	1.043		117	1.160						Valor justo
ICBC (xxiii)	UHE São Simão	426		(113)	313						Valor justo
Deutsche (xxv)	UHE São Simão	287	509		796						Valor justo
Itaú BBA (xxvi)	SPIC	5.794			5.794						Valor justo
JP Morgan (xxvii)	SPIC	(546)			(546)						Valor justo
Total		7.004	509	4	7.517	11.341				11.341	
Total de dívidas		101.995	1.992.001	3.658.207	5.752.203	69.873	2.976.223	2.244.879		5.290.975	

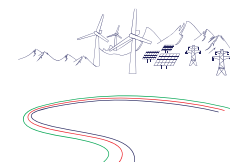


SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As características das dívidas são apresentadas a seguir:

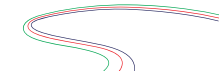
Item	Financiador	Empresa	Data da assinatura	Moeda	Taxa de juros a.a.	Pagamento principal	Início	Término
ii	Banco Nordeste do Brasil S.A.	Millennium	31/10/2008	BRL	9,25%	Mensal	31/10/2008	29/05/2026
iii	1ª Emissão de Nota Comercial 1ª Série	Panati Holding	15/07/2023	BRL	CDI + 1,70%	Único	21/07/2023	15/07/2024
iv	1ª Emissão de Nota Comercial 2ª Série	Panati Holding	15/07/2023	BRL	CDI + 2,03%	Único	19/09/2023	15/07/2024
v	1ª Emissão de Nota Comercial 3ª Série	Panati Holding	15/07/2023	BRL	CDI + 2,08%	Único	08/12/2023	15/07/2024
vi	1ª Emissão de Nota Comercial 1ª Série	Marangatu Holding	15/07/2023	BRL	CDI + 1,70%	Único	21/07/2023	15/07/2024
vii	1ª Emissão de Nota Comercial 2ª Série	Marangatu Holding	15/07/2023	BRL	CDI + 2,03%	Único	19/09/2023	15/07/2024
viii	1ª Emissão de Nota Comercial 3ª Série	Marangatu Holding	15/07/2023	BRL	CDI + 2,08%	Único	24/11/2023	15/07/2024
x	1ª Emissão de Nota Comercial Série Única	SPIC	30/03/2023	BRL	CDI + 2,20%	Único	30/03/2023	30/03/2026
xi	Spic Luxembourg Latin America Renewable Energy Investment Company S.À.R.L	UHE São Simão	01/11/2018	USD	Pré 5,8588%	Único	01/11/2018	24/10/2023
xii	Loan BOCOM BBM	UHE São Simão	16/10/2023	CNH	Pré 3,30%	Parcial Semestral	16/10/2023	17/10/2026
xiii	Loan ICBC	UHE São Simão	19/10/2023	CNH	Pré 3,30%	Único	19/10/2023	15/10/2024
xiv	Loan Deutsche	UHE São Simão	19/10/2023	CNH	Pré 2,80%	Único	19/10/2023	18/10/2024
xv	Loan Bank of China	SPIC	16/10/2023	CNH	Pré 2,90%	Único	16/10/2023	15/10/2024
xvi	1ª Emissão de debentures 1ª série	UHE São Simão	15/10/2019	BRL	IPCA + 3,54%	Único	13/11/2019	16/11/2029
xvii	1ª Emissão de debentures 2ª série	UHE São Simão	15/10/2019	BRL	CDI + 0,58%	Único	13/11/2019	18/11/2024
xviii	2ª Emissão de debentures Série Única	UHE São Simão	15/10/2021	BRL	IPCA + 5,8198%	A partir de out/33	15/10/2021	15/10/2036
Item	Derivativo	Empresa	Data da assinatura	Moeda	Taxa de juros a.a.	Pagamento principal	Início	Término
xix	Bank of America	UHE São Simão	01/11/2018	BRL	11,47%	Único	01/11/2018	24/10/2023
xx	Bradesco	UHE São Simão	01/11/2018	BRL	11,47%	Único	01/11/2018	24/10/2023
xxi	JP Morgan	UHE São Simão	01/11/2018	BRL	11,49%	Único	01/11/2018	24/10/2023
xxii	Bocom BBM	UHE São Simão	16/10/2023	BRL	CDI + 0,265%	Único	16/10/2023	17/10/2026
xxiii	ICBC	UHE São Simão	19/10/2023	BRL	CDI + 0,23%	Único	19/10/2023	15/10/2024
xxv	Deutsche	UHE São Simão	19/10/2023	BRL	CDI - 1,20%	Único	19/10/2023	18/10/2024
xxvi	Itaú	SPIC	16/10/2023	BRL	CDI - 0,81%	Único	21/11/2023	15/10/2024
xxvi	Itaú	SPIC	16/10/2023	BRL	CDI - 0,35%	Único	21/11/2023	15/10/2024
xxvii	JP Morgan	SPIC	16/10/2023	BRL	CDI - 0,83%	Único	16/10/2023	15/10/2024
xxvii	JP Morgan	SPIC	16/10/2023	BRL	CDI - 0,37%	Único	16/10/2023	15/10/2024



SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Consolidado									
	Valor líquido em 31/12/2022	Pagamentos	Ajuste a valor de mercado	Variação monetária e cambial	Valor líquido em 31/12/2023					
Circulante										
Swap	817.056	(657.458)	(77.209)	(82.389)	-					
	817.056	(657.458)	(77.209)	(82.389)	-					
	Consolidado									
Passivo	Valor líquido em 31/12/2022	Ingressos	Pagamentos	Juros provisionados	Juros integralizados	Transferência	Ajuste a valor de mercado	Amortização do custo de transação	Variação monetária e cambial	Valor líquido em 31/12/2023
Circulante										
Empréstimos e financiamentos										
Principal	2.976.253	1.959.504	(2.894.299)	-	39	2.661	34.357	-	(86.749)	1.991.766
Juros	37.459	-	(210.005)	246.775	-	-	-	-	-	74.229
Custo de transação	(30)	(669)	-	-	-	(584)	-	1.009	-	(274)
Swap	11.341	-	(83.123)	78.074	-	-	(3.535)	-	4.755	7.512
Debêntures										
Juros	21.073	-	(128.846)	128.536	-	-	-	-	-	20.763
Custo de transação	-	-	-	-	-	(6.254)	-	6.254	-	-
	3.046.096	1.958.835	(3.316.273)	453.385	39	(4.177)	30.822	7.263	(81.994)	2.093.996
Não circulante										
Empréstimos e financiamentos										
Principal	6.726	1.344.994	-	-	-	(2.661)	(21.856)	-	(8.383)	1.318.820
Custo de transação	(25)	(2.277)	-	-	-	584	-	-	-	(1.718)
Swap	-	-	-	-	-	-	(8.379)	-	8.383	4
Debêntures										
Principal	2.297.800	-	-	-	-	-	-	-	96.669	2.394.469
Custo de transação	(59.622)	-	-	-	-	6.254	-	-	-	(53.368)
	2.244.879	1.342.717	-	-	-	4.177	(30.235)	-	96.669	3.658.207
	Valor líquido em 31/12/2021	Ingressos	Pagamentos	Juros provisionados	Juros integralizados	Transferência	Ajuste a valor de mercado	Amortização do custo de transação	Variação monetária e cambial	Valor líquido em 31/12/2022
Circulante										
Empréstimos e financiamentos										
Principal	1.121.824	219.000	(971.842)	-	121	2.633.006	-	-	(25.856)	2.976.253
Juros	198.597	-	(211.917)	181.672	-	-	(130.893)	-	-	37.459
Custo de transação	(148)	-	-	-	-	(29)	-	147	-	(30)
Swap	116.209	-	(71.341)	73.749	-	-	(107.276)	-	-	11.341
Debêntures										
Juros	18.862	-	(121.287)	123.498	-	-	-	-	-	21.073
Custo de transação	-	-	-	-	-	(6.234)	-	6.234	-	-
	1.455.344	219.000	(1.376.387)	378.919	121	2.626.743	(238.169)	6.381	(25.856)	3.046.096
Não circulante										
Empréstimos e financiamentos										
Principal	2.703.855	-	-	-	-	(2.633.006)	130.893	-	(195.016)	6.726
Custo de transação	(54)	-	-	-	-	29	-	-	-	(25)
Debêntures										
Principal	2.186.641	-	-	-	-	-	-	-	111.159	2.297.800
Custo de transação	(65.856)	-	-	-	-	6.234	-	-	-	(59.622)
	4.824.586	-	-	-	-	(2.626.743)	130.893	-	(83.857)	2.244.879



SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

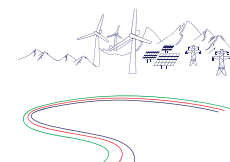
Os vencimentos das parcelas em longo prazo são os seguintes:

Vencimento	Controladora			
	Nacional	Estrangeira	Derivativos	Total
Circulante				
2024	14.955	382.883	5.247	403.085
	14.955	382.883	5.247	403.085
Não Circulante				
2025	-	-	-	-
2026	448.291	-	-	448.291
	448.291	-	-	448.291
Total	463.246	382.883	5.247	851.376

Vencimento	Consolidado				
	Nacional	Estrangeira	Derivativos	Debêntures	Total
Circulante					
2024	1.373.362	692.358	7.513	20.763	2.093.996
	1.373.362	692.358	7.513	20.763	2.093.996
Não Circulante					
2025	2.838	-	-	199.734	202.572
2026	449.509	864.755	4	249.730	1.563.998
2027	-	-	-	249.730	249.730
2028	-	-	-	249.730	249.730
2029 até 2033	-	-	-	538.910	538.910
2034 até 2038	-	-	-	853.267	853.267
	452.347	864.755	4	2.341.101	3.658.207
Total	1.825.709	1.557.113	7.517	2.361.864	5.752.203

Abaixo as condições contratuais dos derivativos em 31 de dezembro de 2023

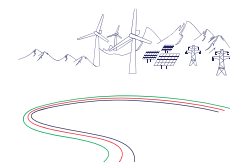
Controladora										
Empresa	Banco	Data de emissão	Data de vencimento	Valor do ingresso BRL'000	Ingresso CNH'000	Pagamento de juros	Taxa contratual	Custo ativo	Custo passivo	Fair Value
SPIC	Itaú	16/10/2023	15/10/2024	224.396	324.293	Trimestral	CDI - 0,83% a.a.	222.180	227.839	(5.659)
SPIC	Itaú	16/10/2023	15/10/2024	5.333	7.707	Trimestral	CDI - 0,37% a.a.	5.304	5.439	(135)
SPIC	JP Morgan	21/11/2023	15/10/2024	150.731	222.707	Trimestral	CDI - 0,81% a.a.	152.030	151.496	534
SPIC	JP Morgan	21/11/2023	15/10/2024	3.582	5.293	Trimestral	CDI - 0,35% a.a.	3.628	3.616	12
				384.042				383.142	388.390	(5.248)



SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Consolidado										
Empresa	Banco	Data de emissão	Data de vencimento	Valor do ingresso BRL'000	Ingresso CNH'000	Pagamento de juros	Taxa contratual	Custo ativo	Custo passivo	Fair Value
UHE São Simão	Bocom BBM	17/10/2023	17/10/2026	688.450	1.000.000	Trimestral	CDI + 0,265% a.a.	693.987	695.147	(1.160)
UHE São Simão	Deutsche	20/10/2023	20/10/2024	275.462	400.000	Trimestral	CDI - 1,20% a.a.	272.081	272.877	(796)
UHE São Simão	ICBC	20/10/2023	24/10/2026	206.572	300.000	Trimestral	CDI + 0,23% a.a.	208.186	208.499	(313)
SPIC	Itaú	16/10/2023	15/10/2024	224.396	324.293	Trimestral	CDI - 0,83% a.a.	222.180	227.838	(5.658)
SPIC	Itaú	16/10/2023	15/10/2024	5.333	7.707	Trimestral	CDI - 0,37% a.a.	5.304	5.439	(135)
SPIC	JP Morgan	21/11/2023	15/10/2024	150.731	222.707	Trimestral	CDI - 0,81% a.a.	152.030	151.496	534
SPIC	JP Morgan	21/11/2023	15/10/2024	3.582	5.293	Trimestral	CDI - 0,35% a.a.	3.628	3.616	12
				1.554.526				1.557.396	1.564.912	(7.516)



Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As dívidas em moeda estrangeira na controlada UHE São Simão foram suportadas por garantias concedidas pela Matriz. As demais dívidas na controladora e nas suas controladas não contêm garantias atreladas a dívida.

16.1 Condições restritivas (covenants)

16.1.1 SPIC Brasil

A Nota Comercial vigente está sujeita ao covenant financeiro, conforme o quadro a seguir:

Ano	Dívida Líquida / EBITDA
2023	4,25
A partir de 2024 e até a Data de Vencimento	3,75

Considera-se:

(a) “Dívida Líquida” com base nas informações financeiras anuais consolidadas da Emissora, sendo (i) a soma algébrica dos empréstimos, financiamentos, instrumentos de dívida de mercado de capitais local e internacional e do saldo líquido dos derivativos da Emissora, menos (ii) as disponibilidades em caixa e aplicações financeiras;

(b) “EBITDA” (Earnings Before Interest, Tax, Depreciation and Amortization) com base nas informações financeiras anuais consolidadas da Emissora, o lucro da Emissora antes de juros, tributos, amortização e depreciação ao longo dos últimos 12 (doze) meses acrescidos do resultado não operacional no período;

O covenant financeiro foi cumprido conforme as exigências demonstradas acima.

16.1.2 UHE São Simão

Empréstimos e Financiamentos

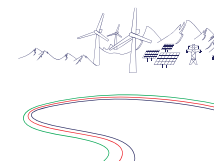
A dívida em moeda estrangeira com o Deutsche possui cláusula de covenants financeiros (Dívida Líquida/EBITDA) de até 3,75x e Patrimônio Líquido acima de R\$ 4.000.000.

Considera-se:

(a) “Dívida Líquida” com base nas Demonstrações Contábeis anuais societárias, (i) a soma algébrica dos empréstimos, financiamentos, instrumentos de dívida de mercado de capitais local e internacional e do saldo líquido dos derivativos da Emissora, menos (ii) as disponibilidades em caixa e aplicações financeiras;

(b) “EBITDA” (Earnings Before Interest, Tax, Depreciation and Amortization) com base nas informações financeiras anuais societárias, o lucro antes de juros, tributos, amortização e depreciação ao longo dos últimos 12 (doze) meses acrescidos do resultado não operacional no período;

Para o empréstimo com o Deutsche os covenants financeiros foram cumpridos, o Patrimônio líquido ficou em R\$ 4.954.219 acima do valor requerido e o índice Dívida Líquida/EBITDA em 31 de dezembro de 2023 ficou em 2,30, abaixo do limite estabelecido de ser até 3,75 para o ano de 2023.



Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Debêntures

1ª e 2ª emissão debêntures estão sujeitos aos covenants financeiros (Dívida Líquida/EBITDA) de até 3,75x para o ano de 2023

Considera-se:

(a) "Dívida Líquida" com base nas Demonstrações Contábeis Regulatórias anuais da Emissora preparadas de acordo com regras expedidas pela ANEEL, (i) a soma algébrica dos empréstimos, financiamentos, instrumentos de dívida de mercado de capitais local e internacional e do saldo líquido dos derivativos da Emissora, menos (ii) as disponibilidades em caixa e aplicações financeiras;

(b) "EBITDA" (Earnings Before Interest, Tax, Depreciation and Amortization) com base nas informações financeiras anuais consolidadas da Emissora preparadas de acordo com regras expedidas pela ANEEL, o lucro da Emissora antes de juros, tributos, amortização e depreciação ao longo dos últimos 12 (doze) meses acrescidos do resultado não operacional no período;

Para as debêntures os covenants financeiros foram cumpridos, o índice Dívida Líquida/EBITDA de acordo com as regras regulatórias em 31 de dezembro de 2023 ficou em 2,93, abaixo do limite estabelecido de ser até 3,75 para o ano de 2023.

16.1.3 Millennium

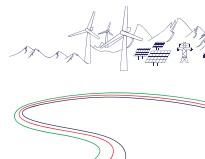
As garantias concedidas pela controlada Millennium para obtenção do referido empréstimo com o Banco do Nordeste do Brasil S.A foram:

- Fiança de acionista;
- Cessão dos recebíveis da Eletrobrás;
- Conta reserva - Nota Explicativa 8;
- Penhor de ações;
- Propriedade fiduciária de máquinas e equipamentos;
- Penhor de direitos emergentes das autorizações da ANEEL.

Adicionalmente, a distribuição de lucro da controlada não pode ultrapassar a 25% do lucro líquido, caso contrário, é requerida a anuência do BNB.

17. Arrendamentos

A Companhia realiza a avaliação, na data de início de cada contrato, se esse contrato apresenta características de arrendamento (Baseado no CPC 06) e aplica uma abordagem única de reconhecimento e mensuração, exceto para arrendamentos de curto prazo e de ativos de valor individual menor que US\$ 5. Direito de uso de arrendamentos: Os direitos de uso de arrendamentos, inicialmente, compreendem o passivo de arrendamento acrescido dos pagamentos antecipados. Esses ativos são depreciados com base na vigência dos contratos de arrendamento. Arrendamentos a pagar: Os arrendamentos a pagar são inicialmente mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos futuros, descontado pela taxa incremental de



Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

financiamento, uma vez que a taxa de juros implícita no arrendamento não é de fácil determinação. O fluxo de pagamentos futuros compreende pagamentos variáveis que dependam de índice ou taxa. Posteriormente, o passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva, e remensurado (com correspondente ajuste no direto de uso relacionado) quando há modificação, mudança no prazo do arrendamento, alteração nos pagamentos futuros motivada, por exemplo, por atualizações monetárias, ou alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorrem. Adicionalmente, a Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamentos de curto prazo, ou seja, arrendamentos de ativos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início, e de ativos de baixo valor individual, os quais são reconhecidos como despesa ao longo do prazo do arrendamento.

Em decorrência da adoção do CPC 06 (R2) a partir de 1º de janeiro de 2019, a Companhia efetuou o registro dos montantes a pagar dos contratos de arrendamentos e aluguéis conforme nota explicativa 12 e demonstrado abaixo:

	Consolidado					Saldo em 31/12/2023
	Saldo em 31/12/2022	Adições	Correção contratual	Atualização financeira	Pagamentos	
Arrendamentos de terra	20.520	67.874	(571)	-	(3.145)	84.678
Aluguéis de imóveis	26.850	34	-	-	(5.494)	21.390
(-) Ajuste a valor presente	(10.444)	(48.252)	21	4.973	-	(53.702)
Total	36.926	19.656	(550)	4.973	(8.639)	52.366
Circulante	5.462					5.980
Não Circulante	31.464					46.386
Total	36.926					52.366

	Consolidado					Saldo em 31/12/2023
	Saldo em 31/12/2021	Adições	Correção contratual	Atualização financeira	Pagamentos	
Arrendamentos de terra	18.199	3.824	1.208	-	(2.712)	20.520
Aluguéis de imóveis	29.846	732	1.486	-	(5.214)	26.850
(-) Ajuste a valor presente	(11.324)	(1.730)	(557)	3.167	-	(10.444)
Total	36.721	2.826	2.138	3.167	(7.925)	36.926
Circulante	4.554					5.462
Não Circulante	32.167					31.464
Total	36.721					36.926

A Companhia e suas controladas mantém contratos de arrendamento de aluguel de imóvel da sede e terrenos onde se localizam seus parques eólicos. Esses contratos são considerados como arrendamentos mercantis conforme nova metodologia e são apresentados nas notas explicativas de Direto de uso (nota explicativa 12) e Arrendamentos (nota explicativa 17).

18. Encargos setoriais

Os encargos setoriais são todos criados por leis aprovadas pelo Congresso Nacional para viabilizar a implantação de políticas públicas no setor elétrico brasileiro. Seus valores constam de resoluções ou despachos da ANEEL e são recolhidos por meio da conta de energia. Cada um dos encargos possui objetivos predefinidos.



Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado					Saldo em 31/12/2023
	Saldo em 31/12/2022	Adições	Atualização Monetária	Pagamentos	Encerramento de projetos	
P&D - Pesquisa e Desenvolvimento	20.513	4.383	1.076	-	(14.920)	11.052
P&D - Pesquisa e Desenvolvimento - CDE	306	1.878	-	(1.864)	-	320
FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Energético	1.021	6.261	-	(6.213)	-	1.069
MME - Ministério de Minas e Energia	255	3.130	-	(2.851)	-	534
TFSEE - Taxa de Fiscalização do Setor Elétrico	438	5.499	-	(5.496)	-	441
CFURH - Contribuição Financeira para Utilização dos Recursos Hídricos	8.687	47.298	-	(47.033)	-	8.952
	31.220	68.449	1.076	(63.457)	(14.920)	22.368
Circulante	31.220					22.368
Total	31.220					22.368

19. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a empresa e suas controladas têm uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Empresa e suas controladas esperam que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

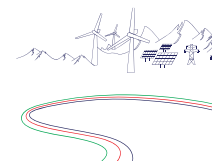
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

19.1 Provisões para descomissionamento

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Provisão para descomissionamento	30.430	8.796
	30.430	8.796



Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Provisões para descomissionamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual. Conseqüentemente, encontram-se constituídas provisões desta natureza nas usinas de geração de energia elétrica eólica para fazer face às respectivas responsabilidades relativas a despesas com a reposição dos locais e terrenos. Estas provisões são constituídas devido a existência de um contrato de arrendamento no qual está determinado que a Companhia e suas controladas deverão devolver o terreno nas mesmas condições no momento inicial do arrendamento.

O saldo consolidado em 31 de dezembro de 2023, no valor de R\$ 30.430 (R\$8.796 em 2022), refere-se à provisão para descomissionamento dos parques eólicos Vale dos Ventos e Millennium e parques solares de Panati-Sitiá e Marangatu em contrapartida ao Imobilizado (Nota explicativa 13). O prazo previsto para realização desta provisão é o término dos contratos de arrendamento dos parques eólicos e solares (Nota explicativa 12).

O cálculo do valor da provisão para descomissionamento dos parques eólicos Vale dos Ventos e Millennium foi efetuado com base na estimativa desses custos por consultor externo, projetado até o fim da vida útil do parque eólico. A taxa de desconto utilizada para o cálculo do valor presente da provisão foi a taxa SELIC esperada pelo mercado na data-base da avaliação.

Os parques solares de Panati-Sitiá e Marangatu têm como estimativa inicial durante a fase de construção o percentual de 1% sobre os ativos imobilizados das controladas para a constituição do descomissionamento. Em 2024 na unitização dos parques solares as controladas farão o estudo detalhado sobre o descomissionamento para a mensuração dos valores baseado em laudos técnicos, e se necessário, ajustarão a sua melhor estimativa.

19.2 Provisões para contingências

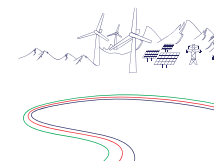
19.2.1 Risco de perda provável

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Trabalhistas	441	197
Cíveis	381	-
Ambientais	57	55
	879	252

Controlada UHE São Simão

Reclamação Trabalhista – 0010042-07.2023.5.03.0063 e 0010481-67.2023.5.03.0176

A Companhia está no polo passivo de duas reclamações trabalhistas ajuizada por ex-funcionários.



Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ação de Cobrança (Civil) - 1097055-90.2021.8.26.0100

Trata-se de Ação de Cobrança ajuizada por empresa prestadora de serviços de transporte, o mesmo não pode ser realizado integralmente devido a falhas apresentadas em seus equipamentos, sendo pagos apenas metade do valor proposto inicialmente. O litígio se dá em razão da alegação de divergência no peso da carga a ser transportada. A empresa prestadora de serviços de transporte requer a procedência da ação para condenação da ré ao pagamento do valor integral dos serviços. Em 2022, o presente processo foi reportado na alínea como “possível”. A mudança de provisão de “possível” para “provável” se deu em razão do insucesso do recurso em 2ª instância.

Ação Civil Pública (Ambiental) - 0009519-51.2012.4.01.3803

Trata-se Ação Civil Pública foi proposta em 2012 pelo Ministério Público Federal (MPF) inicialmente em face da antiga concessionária (CEMIG) e de suposto ocupante irregular, de área afetada pela concessão da Usina. Em resumo, pretende o MPF que a área onde foi construída uma benfeitoria, sem qualquer autorização, seja desocupada e ambientalmente recuperada. O MPF requereu o pagamento de R\$ 30, a título de danos morais coletivos (Pedido 1), e calculou provisoriamente o valor referente à recuperação ambiental em R\$ 30 (Pedido 2), A UHE São Simão Energia S.A. foi incluída no polo passivo em 2020 por ter sucedido a CEMIG nas obrigações atinentes à preservação da área de concessão. O prognóstico de perda do processo judicial quanto ao pedido dos danos morais coletivos (Pedido 1) é possível, tendo em vista que a Companhia não deu causa ao dano. Quanto ao pedido de recuperação ambiental da área (Pedido 2), o prognóstico de perda é provável. Neste momento, o processo encontra-se suspenso, aguardando a definição sobre a área efetivamente ocupada.

Controlada Pacific Hydro Energia do Brasil Ltda

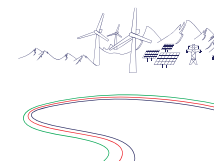
- **PANATI 1 ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. (SPE)**

Constituição de Servidão – (i) 0200327-48.2023.8.06.0151; (ii) 0200326-63.2023.8.06.0151; (iii) 0200325-78.2023.8.06.0151

Trata-se de ações cíveis de instituição de servidão administrativa para passagem de linha de transmissão perante a 1ª e 2ª Vara Cível da Comarca de Quixadá/CE, cujo valor conjunto dos processos corresponde à R\$ 30.

19.3 Risco de perda possível

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Trabalhistas	1.612	-
Cíveis	-	309
Fiscais	223.191	27.550
Ambientais	58	55
	224.861	27.914



Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Controlada UHE São Simão

Reclamação Trabalhista – 0010477-30.2023.5.03.0176 e 0010552-20.2023.5.03.0063

A Companhia está no polo passivo de duas reclamações trabalhistas ajuizada por ex-funcionários.

Ação Anulatória (IPTU) - 5588271-16.2019.8.09.0173

A Companhia recebeu uma notificação de IPTU referente ao ano de 2012 por parte da autoridade fiscal municipal de São Simão/GO, no valor de R\$5.775. A Companhia ajuizou, em 7 de outubro de 2019, uma ação anulatória de débito fiscal mediante apresentação de carta fiança para garantir o juízo, e com pedido liminar para suspender a execução da dívida tributária, que foi concedida pelo juiz de primeira instância em 11 de outubro de 2019.

Em 21.3.2023, proferido Acórdão que por maioria, decidiu pelo provimento do Recurso de Apelação da Fazenda Municipal. Em 5.4.2023, opostos Embargos de Declaração que foram parcialmente acolhidos em 18.9.2023. Serão interpostos Recursos aos Tribunais Superiores. O valor envolvido (atualizado) é de R\$ 27.775.

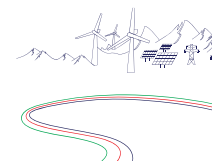
Manifestações de Inconformidade Tributária (PER/DCOMP) - 10880939160-2019-54; 10880939159-2019-20; 10880939157-2019-31; 10880939158-2019-85; 10880946039-2019-08; 10880.947153/2023-11; 10880.937690/2023-44; 10880.947149/2023-44; 10880.947151/2023-13; e 10880.947155/2023-00.

A Companhia recebeu 10 (dez) autos de infração decorrentes de não homologação integral dos Pedidos de Compensação (PER/DCOMPs). Isso ocorreu, pois, as Declarações de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTFs), igualmente, ainda não foram homologadas pela Receita Federal. A companhia apresentou manifestações de inconformidade para sustentar a necessidade de homologação das obrigações acessórias. O valor envolvido é de R\$ 46.933.

Auto de Infração - 19614.724361/2021-98 e 13074-733.985/2023-36

As autoridades fiscais questionam que o procedimento adotado pela Companhia, que resultou na tributação da totalidade dos montantes faturados e recolhidos no início da concessão, não ocorreu na competência correta. As autoridades fiscais alegaram que a empresa deveria ter tributado o lucro contábilístico sem quaisquer ajustamentos para além da amortização da subvenção paga pela concessão (que corresponde a uma remuneração não realizada do ativo financeiro). Note-se que as autoridades fiscais não contestaram a amortização do subsídio pago pela concessão.

A empresa entende que suas práticas estão corretas e que as autoridades, na verdade, tributaram os lucros não realizados decorrentes do regime contábil aplicável no caso de concessões de serviços públicos, que exige o reconhecimento de um ativo financeiro a valor presente e a receita financeira (enquanto a tributação deveria incidir sobre os valores



Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

efetivamente faturados e realizados pela empresa). A companhia apresentou defesas administrativas em 3 de janeiro de 2024. O valor total envolvido é de R\$ 144.688.

Controlada Pacific Hydro Energia do Brasil Ltda

- **Controladas Vale dos Ventos e Millennium**

Ação Anulatória (Taxa) - 0801373-93.2021.8.15.0231

Trata-se de ação anulatória de débito tributário com declaração de inexistência de relação jurídica tributária com pedido de liminar ajuizada pela controladas Vale dos Ventos e Millennium contra o Município de Mataraca para efeito de declarar nula a cobrança de taxa de fiscalização, bem como para solicitar o reembolso dos valores pagos a este título no ano 2019. O passivo envolvido para a Vale dos Ventos e Millennium (valor atualizado) é de R\$378 e R\$82 respectivamente.

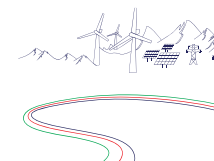
- **Controlada Millennium**

Impugnação de Lançamento - 14751.720226/2013-75

Trata-se de Auto de Infração recebido pela controlada Millennium, decorrente do Termo de Verificação 0430100.2013.00023 que entendeu pela indedutibilidade de despesas financeiras decorrentes de empréstimo, para cálculo do IRPJ e CSLL no ano de 2009. Conforme pacífica jurisprudência do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, só haveria indedutibilidade se o empréstimo fosse pactuado a taxas menores do que aquelas vigentes no financiamento obtido. Atualmente, aguarda-se o julgamento do Recurso Voluntário perante o CARF. O escritório contratado pela empresa para conduzir o caso entende que o risco de perda é possível, pois há possibilidade de manutenção da decisão inicial de rejeição da impugnação pelo CARF, ainda que a empresa tenha precedentes favoráveis à sua tese. Se mantido o lançamento pela esfera administrativa, será necessário ajuizar processo judicial. O passivo envolvido para a Companhia é de R\$ 3.192.

Mandado de Segurança - 0803779-20.2022.4.05.8200

Trata-se de mandado de segurança impetrado na 1º Vara Federal da Paraíba em 05/06/2022 para suspender débitos para emissão de certidão negativa iniciado. O passivo envolvido para a Companhia (valor atualizado) é de R\$ 143.



Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. CAPEX melhorias

As provisões constituídas como CAPEX melhoria são compostas dos fluxos de pagamentos futuros, trazidos a valor presente, dos gastos estimados com os investimentos que serão aplicados na usina São Simão pelos próximos 10 anos como forma de modernização da usina hidrelétrica de modo a manter a garantia física conforme contrato de concessão.

A partir da aprovação do projeto de modernização, a Companhia adotou o CPC 25 para controle das provisões para melhoria em CAPEX que serão realizadas nos próximos anos. Estes gastos estão previstos no contrato de concessão assinado em 27 de setembro de 2017.

No dia 20 de dezembro de 2021 a Companhia assinou o contrato número 22842 referentes ao plano de modernização das unidades geradoras da UHE São Simão. As empresas que executarão a modernização das unidades geradoras serão a GE Energias Renováveis e a Powerchina Brasil Construtora Ltda., com previsão de conclusão em 2029 e investimentos de R\$ 646.698. As garantias previstas em contrato são: “PCG (Parent Company Guarantee)”, “Performance Securities” (Garantia no valor de 10%, referente à cada seção e com vigência até a entrada em operação) e “Warranty Securities” (Garantia no valor de 5%, referente à cada seção e com vigência desde a entrada em operação até o período final da garantia técnica).

No reconhecimento inicial foram estimados os fluxos de pagamentos futuros e trazidos a valor presente e seu valor líquido contabilizado no intangível conforme nota explicativa 14 e demonstrado abaixo:

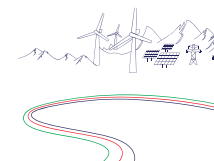
	31/12/2022	Atualização financeira	Pagamentos	31/12/2023
Provisão CAPEX melhorias	1.000.140	-	(217.637)	782.503
(-) Ajuste a valor presente	(194.727)	58.922	-	(135.805)
Total	805.413	58.922	(217.637)	646.698
Circulante	141.977			102.275
Não Circulante	663.436			544.423
Total	805.413			646.698

	31/12/2021	Atualização financeira	Pagamentos	31/12/2022
Provisão CAPEX melhorias	1.140.676	-	(140.536)	1.000.140
(-) Ajuste a valor presente	(263.220)	68.493	-	(194.727)
Total	877.456	68.493	(140.536)	805.413
Circulante	89.903			141.977
Não Circulante	787.553			663.436
Total	877.456			805.413

21. Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social autorizado da Companhia é de R\$3.527.080, representado por 3.527.080 ações ordinárias, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, no valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma.

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social da Companhia é de R\$3.368.998, representados



Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

por 3.368.998 ações ordinárias, totalmente integralizadas em moeda corrente nacional, no valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma, em 04 de janeiro de 2023 houve um aumento de capital na importância de R\$ 158.082.

a. Destinação dos lucros:

	Consolidado	
	2023	2022
Lucro a ser destinado:		
Lucro líquido apurado no exercício	255.335	213.803
Lucros acumulados	-	-
Lucro líquido ajustado	255.335	213.803
Constituição da reserva legal - 5%	(12.767)	(10.690)
	242.568	203.113
Destinação do lucro:		
Dividendos	60.642	50.778
Reserva de lucros	181.926	152.335
	242.568	203.113

Conforme estabelecido no estatuto social da Companhia, o lucro líquido apurado em cada exercício será deduzido, antes de qualquer destinação, de prejuízos acumulados e destinado sucessivamente e na seguinte ordem:

- (i) 5% serão aplicados na constituição da Reserva Legal que não excederá 20% do Capital social;
- (ii) 25% serão destinados ao pagamento de dividendos;
- (iii) o saldo remanescente, após atendidas as disposições anteriores, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

O saldo de dividendos a receber e a pagar aberto por acionista é composto conforme abaixo:

Acionistas	% Participação	Dividendos a receber			
		Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/10/2023	31/12/2022
UHE São Simão	51%	126.822	73.537	-	-
Pacific Hydro	100%	-	4.033	-	-
SPIC Comercializadora	100%	161	35	-	-
		126.983	77.605	-	-
Acionistas	% Participação	Dividendos a pagar			
		Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/10/2023	31/12/2022
SPIC Green Energy Ltda	100%	615.821	371.260	615.821	371.260
ZHEJIANG Energy Brazil holding Limited	35%	-	-	87.035	50.466
ZLCFB - Hong Kong international investment	7%	-	-	17.407	10.093
CPD Energy investment Co. limited	7%	-	-	17.407	10.093
		615.821	371.260	737.670	441.912

b. Outros resultados abrangentes

O *hedge* de fluxo de caixa corresponde à parcela efetiva do ganho ou da perda acumulado resultante de variações no valor justo de instrumentos de *hedge* contratados para fins de *hedge* de fluxo de caixa. Os ganhos ou as perdas acumuladas resultantes de variações no valor justo de instrumentos de *hedge*, reconhecidos e acumulados na rubrica “*Hedge* de fluxo de caixa”, serão reclassificados para o resultado somente quando a transação objeto de *hedge* impacta o resultado ou é incluída como ajuste do item não financeiro objeto de *hedge*, de acordo com a política contábil aplicável.



22. Resultado por ação

O objetivo do cálculo do resultado por ação é de permitir comparações de desempenho entre diferentes companhias no mesmo período, bem como para a mesma companhia em períodos diferentes.

Para o cálculo do resultado básico por ação, a Companhia considerou a atual composição de ações ordinárias também para o exercício comparativo, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 41. Assim, tanto o numerador (lucro líquido do exercício) quanto o denominador (quantidade de ações) estão em bases comparáveis.

O resultado diluído por ação é calculado mediante ao ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações. A Companhia não possui instrumentos potenciais diluidores do resultado por ação, dessa forma em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não temos diferenças entre o resultado básico e diluído por ação.

A tabela a seguir apresenta o lucro básico e diluído por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Lucro líquido do exercício	255.335	213.803
Denominador (em milhares de ações)		
Número de ações	3.513.906	3.368.998
Lucro básico e diluído por ação (em reais - R\$)	0,0727	0,0635

23. Receita operacional líquida

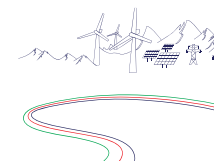
As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

A receita de energia é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia e contrato de concessão. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração estão apresentados a seguir:

Controladas Vale dos Ventos e Millennium:

a) Suprimento de energia elétrica: A receita é reconhecida com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de contratos com a



Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Eletrobrás para atendimento ao Proinfa.

Controlada UHE São Simão:

b) Suprimento de energia elétrica: A receita é reconhecida com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento no Ambiente de Contratação Livre - ACL, a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais.

c) Energia de curto prazo: A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no MRE, é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde é a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo PLD (Preço de Liquidação das Diferenças).

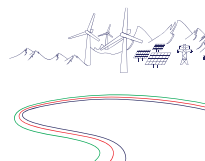
d) Receita de atualização do ativo financeiro: A receita é reconhecida pelo valor justo do fluxo de recebimento da bonificação de outorga e atualizada mensalmente pelo IPCA.

e) Receita de O&M – Operação e Manutenção e CAPEX melhorias: A receita é reconhecida pelo valor justo do fluxo de recebimento para suprir os gastos com a operação e manutenção garantido pelo recebimento da RAG e atualizado mensalmente pelo IPCA.

	Consolidado	
	2023	2022
Suprimento mercado livre	551.920	536.861
Energia de curto prazo	11.663	15.533
Receita RBO	1.083.881	1.118.263
Receita de O&M	579.186	548.167
Receita operacional bruta	2.226.650	2.218.824
(-) Deduções à receita operacional		
Tributos sobre a receita		
ICMS	-	(89)
PIS/COFINS	(205.409)	(205.154)
	(205.409)	(205.243)
Encargos do consumidor		
P&D	(15.652)	(14.757)
TFSEE	(5.281)	(4.989)
CFURH	(47.298)	(47.750)
	(68.231)	(67.496)
Total deduções da receita operacional	(273.640)	(272.739)
Receita operacional líquida	1.953.010	1.946.085

24. Nota de gastos

	Controladora			
	2023		2022	
	Gerais e Administrativas	Total	Gerais e Administrativas	Total
Pessoal e Administradores (a)	12.032	12.032	9.915	9.915
Material	63	63	2	2
Serviços de terceiros (a)	10.826	10.826	10.044	10.044
Serviços de auditoria	409	409	172	172
Depreciação	20	20	20	20
Amortização	846	846	847	847
Outras (a)	3.977	3.977	814	814
Total	28.173	28.173	21.814	21.814



Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado					
	2023			2022		
	De operação	Geral e Administrativa	Total	De operação	Geral e Administrativa	Total
Energia elétrica comprada para revenda	11.473	-	11.473	6.209	-	6.209
Encargos de uso do sistema de distribuição	254.732	-	254.732	238.946	-	238.946
Pessoal e Administradores	34.380	82.163	116.543	31.057	64.606	95.663
Material	2.406	1.396	3.802	3.558	1.014	4.572
Serviços de terceiros	29.321	60.296	89.617	33.116	50.782	83.898
Serviços de auditoria	92	1.672	1.764	76	757	833
Depreciação	15.606	3.604	19.210	14.254	4.486	18.740
Amortização	98.939	2.075	101.014	98.999	1.895	100.894
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	239	514	753	35	128	163
Aluguéis e arrendamentos	890	2.810	3.700	744	2.607	3.351
Perdas na desativação de bens	35	33.507	33.542	-	-	-
Outras	6.351	18.568	24.919	5.464	8.404	13.868
Recuperação de custos - Extensão da Outorga	-	-	-	(2.309)	-	(2.309)
(-) Outras receitas	-	(3.411)	(3.411)	-	(591)	(591)
Total	454.464	203.194	657.658	430.149	134.088	564.237

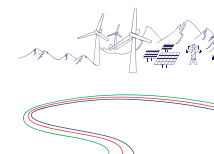
25. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receitas financeiras				
Juros e variações monetárias				
Renda de aplicações financeiras	29.829	30.809	134.217	115.718
Multa e juros s/ energia vendida	-	-	2	199
Descontos Obtidos	-	-	-	220
Variação monetária	1.874	481	75.750	2.312
Outros juros e variações monetárias	9.423	104.156	8.150	104.160
(-) Tributos sobre Receitas financeiras	(1.913)	(6.516)	(11.290)	(10.719)
Receitas financeiras total	39.213	128.930	206.829	211.890
Despesas financeiras				
Encargos de dívida				
Empréstimos e financiamentos	(101.769)	(34.171)	(307.422)	(260.615)
Debêntures	-	-	(134.792)	(129.731)
AVP - Ajuste a valor presente	-	-	(61.740)	(71.601)
Atualização P&D	-	-	(1.076)	(830)
Provisão para descomissionamento	-	-	(250)	(362)
Variação monetária	-	-	(96.680)	(111.159)
Outras despesas financeiras	(817)	(796)	(4.038)	(2.112)
Despesas financeiras total	(102.586)	(34.967)	(605.998)	(576.410)
Variação cambial líquida				
Variação cambial	2.416	(2)	2.094	18.320
Total variação monetária/cambial líquida	2.416	(2)	2.094	18.320
Total resultado financeiro	(60.957)	93.961	(397.075)	(346.200)

26. Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social – correntes

Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor na data do balanço.



Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

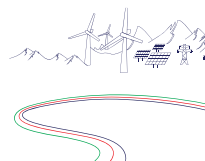
O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados nas alíquotas de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas de imposto (e legislação tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

A conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas debitadas em resultado é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Imposto de renda (25%) e Contribuição social (9%)	(7.381)	24.586	(51.750)	338.988
IRPJ - Corrente	(5.431)	18.084	(129.255)	166.903
CSLL - Corrente	(1.950)	6.502	(44.485)	63.197
IRPJ - Diferido	-	-	89.699	80.065
CSLL - Diferido	-	-	32.291	28.823
	(7.381)	24.586	(51.750)	338.988



Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

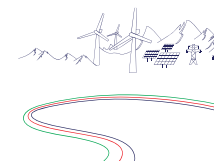
Composição da alíquota efetiva:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro	247.954	238.389	714.588	849.255
Alíquota	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL	(84.304)	(81.052)	(242.960)	(288.747)
Equivalência Patrimonial	114.609	56.522	115.014	49.626
Imposto diferidos não constituído	-	-	-	12
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes	-	-	-	-
JSCP	-	-	(5)	-
Adições Permanentes	(2)	(32)	(92)	(140)
Exclusões Permanentes	-	-	-	-
SELIC sobre créditos fiscais	637	-	24.720	-
Amortização RBO	-	-	59.484	-
Outras exclusões permanentes	-	-	795	-
Doações	-	-	(1.577)	(1.063)
Gratificação	(62)	(50)	(1.142)	(998)
Adições temporárias	-	-	(8.833)	(5.457)
Ativo Financeiro	-	-	(10.413)	(13.577)
CPC 06	-	-	(142)	(278)
Swap	-	-	(56.766)	(100.237)
MtM - Ativo	821	-	(200)	-
Capex melhoria	-	-	43.454	13.986
Realização Receita (ACR)	-	-	(452.866)	(419.805)
Varição Cambial Ativa (Realizada e não realizada)	(4.151)	-	140.650	184.018
Varição Cambial Passiva (Realizada e não realizada)	4.151	-	(108.115)	(94.056)
Receita RBO/O&M	-	-	565.443	566.586
Realização dívida	-	-	80.999	73.432
Juros	-	-	(43.523)	(48.357)
Varição Monetária - Debêntures	-	-	(32.867)	(37.794)
Extensão da Concessão	-	-	-	785
Compensação de Prejuízo fiscais	-	-	5.009	4.414
Outros	(30.382)	-	(46.246)	-
Incentivos fiscais	-	-	-	-
Lei Rouanet	-	-	3.588	3.125
Lucro da Exploração	-	-	6.938	5.956
Inovação Tecnológica - P&D	-	-	795	1.595
PAT - Programa de Alimentação do Trabalhador	-	2	69	61
Adicional (10%)	-	24	96	96
IRPJ e CSLL (RBO)	-	-	305.074	-
IRPJ e CSLL de exercícios Anteriores	7.381	-	(266)	(2.118)
Despesa de IRPJ e CSLL	7.381	(24.586)	173.740	(230.100)
	2,98%	-10,31%	-24,31%	27,09%

Impostos diferidos

Os saldos de ativos diferidos líquidos de passivos refletem os efeitos fiscais na controlada Vale dos Ventos.

Os saldos de passivos diferidos líquidos de ativos refletem os efeitos fiscais nas controladas UHE São Simão SPIC Comercializadora e Millennium.



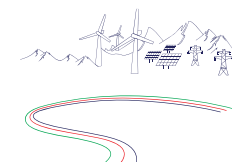
SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação dos impostos diferidos sobre o lucro em 31 de dezembro de 2023, é como segue:

Natureza dos Cálculos	Ativo Não Circulante		Passivo Não Circulante		Resultado		Patrimônio Líquido	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	2023	2022	31/12/2022	31/12/2022
Prejuízos Fiscais	16.367	20.050	-	-	(3.683)	(3.250)	-	-
Base negativa da contribuição social	5.892	7.218	-	-	(1.326)	(1.170)	-	-
	22.259	27.268	-	-	(5.009)	(4.420)	-	-
Diferenças Temporárias								
Adições temporárias	11.158	8.341	20.724	25.153	7.421	5.647	-	-
Ativo financeiro	-	-	693.077	590.914	(102.339)	(133.989)	-	-
Instrumentos financeiros - Swap	2.156	13.632	-	-	(11.476)	67	-	-
Instrumentos financeiros - Swap resultados abrangentes	-	-	-	26.250	-	-	(26.250)	(33.692)
Instrumentos financeiros - Debêntures	123.919	91.052	-	-	32.867	37.794	-	-
Amortização Capex Melhorias	(36.705)	6.749	-	-	(43.454)	(13.987)	-	-
Total Diferenças Temporárias	100.528	119.774	713.801	642.317	(116.981)	(104.468)	(26.250)	(33.692)
Total bruto	122.787	147.042	713.801	642.317	(121.990)	(108.888)	(26.250)	(33.692)
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos	(113.471)	(137.520)	(113.471)	(137.520)				
Total	9.316	9.522	600.330	504.797				

Natureza dos Cálculos	Ativo Não Circulante		Passivo Não Circulante		Resultado		Patrimônio Líquido	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	2022	2021	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízos Fiscais	20.050	23.300	-	-	(3.250)	(2.295)	-	-
Base negativa da contribuição social	7.218	8.388	-	-	(1.170)	(826)	-	-
	27.268	31.688	-	-	(4.420)	(3.121)	-	-
Diferenças Temporárias								
Adições temporárias	8.341	7.125	25.153	29.583	5.647	7.615	-	-
Ativo financeiro	-	-	590.914	456.925	(133.989)	(223.002)	-	-
Instrumentos financeiros - Swap	13.632	13.565	-	-	67	(2.257)	-	-
Instrumentos financeiros - Swap resultados abrangentes	-	-	26.250	59.642	-	-	(33.392)	58.406
Instrumentos financeiros - Debêntures	91.052	53.258	-	-	37.794	39.187	-	-
Amortização Capex Melhorias	6.749	20.736	-	-	(13.987)	9.474	-	-
Outras	-	-	-	2.309	-	-	-	-
Total Diferenças Temporárias	119.774	94.684	642.317	548.459	(104.468)	(168.983)	(33.392)	58.406
Total bruto	147.042	126.372	642.317	548.459	(108.888)	(172.104)	(33.392)	58.406
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos	(137.520)	(117.807)	(137.520)	(117.807)				
Total	9.522	8.565	504.797	430.652				



27. Instrumentos financeiros e mensuração do valor justo

Classificação e mensuração

O CPC 48 apresenta uma abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que refletem suas características de fluxo de caixa e o modelo de negócios que os ativos são administrados.

O pronunciamento estabelece para ativos financeiros três categorias de classificação e mensuração: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR). A Companhia classifica os ativos financeiros como custo amortizado, valor justo por meio do resultado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Redução ao valor recuperável

De acordo com o CPC 48, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases: (i) Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e (ii) Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. A norma também propôs a aplicação do expediente prático para os ativos financeiros que não possuem componentes de financiamento significativos, com uma abordagem simplificada cuja perda esperada será realizada com uma matriz por idade de vencimento das contas a receber.

A Companhia e suas controladas após uma análise de crédito de seus clientes, não reconhece perdas esperadas no período, pois de acordo com sua avaliação além do risco associado ser baixo, não há históricos de perda.

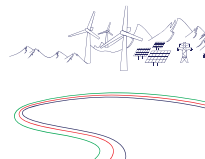
O CPC 48 exige que a Companhia e suas controladas assegurem que as relações de contabilidade de hedge estejam alinhadas com os objetivos e estratégias de gestão de risco estabelecidas pela Administração, aplicando uma abordagem mais qualitativa e prospectiva para avaliar a efetividade do hedge. A nova norma vem introduzir um modelo menos restritivo ao hedge, exigindo uma relação econômica entre o item coberto e o instrumento de hedge em que o índice de cobertura seja o mesmo que aplicado pela entidade para a gestão de risco.

Contabilização de hedge

A Companhia designa certos instrumentos de hedge, incluindo derivativos, relacionados a risco com moeda estrangeira, como hedge de fluxo de caixa e hedge de valor justo.

No início da operação de hedge, a Companhia documenta a relação entre o instrumento de hedge e o item objeto de hedge com seus objetivos na gestão de riscos e sua estratégia para assumir variadas operações. Adicionalmente, a Companhia avalia se o instrumento de hedge usado em uma relação de hedge é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de hedge, atribuível ao risco sujeito a hedge.

A nota explicativa 14 traz maiores detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de hedge.



Hedge de fluxo de caixa

A parcela efetiva das mudanças no valor justo dos derivativos que for designada e qualificada como hedge de fluxo de caixa é reconhecida em outros resultados abrangentes e acumulada na rubrica “Reserva de hedge de fluxo de caixa”. Os ganhos ou as perdas relacionadas à parte inefetiva são reconhecidos imediatamente no resultado na rubrica “Outros ganhos e perdas” no resultado financeiro.

Os valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado no período em que o item objeto de hedge afeta o resultado, na mesma rubrica da demonstração do resultado em que tal item é reconhecido.

A contabilização de hedge é descontinuada quando a Companhia cancela a relação de hedge, o instrumento de hedge vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou não se qualifica mais como contabilização de hedge. Quaisquer ganhos ou perdas reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio naquela data permanecem no patrimônio e são reconhecidos quando a transação prevista for finalmente reconhecida no resultado. Quando não se espera mais que a transação prevista ocorra, os ganhos ou as perdas acumulados e diferidos no patrimônio líquido são reconhecidos imediatamente no resultado.

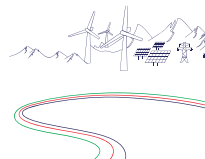
Hedge de valor justo

A Companhia optou pela designação formal de dívidas contratadas no período, para as quais possuem instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo “swap” para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo tem o intuito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento de determinados passivos. Assim, tanto os “swaps” quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação. Tais dívidas e derivativos quando tiver ganhos ou perdas resultantes de sua mensuração serão reconhecidos no resultado da Companhia.

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de taxa de juros;
- Risco de taxa de câmbio;
- Risco de liquidez.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos avaliados pela Administração, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os colaboradores entendam os seus papéis e obrigações.



Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Risco de crédito

O risco surge de a possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é avaliado pela Administração com base nos riscos de mercado e operacionais.

b) Risco de taxa de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a seus empréstimos e financiamentos.

c) Risco de taxa de câmbio

Risco quanto à variação das taxas de câmbio dos empréstimos em moeda estrangeira tomado pela Companhia. A Companhia contratou uma operação de Swap de moeda para eliminar as flutuações na moeda estrangeira (USD).

d) Risco de liquidez

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro, em especial com quando da liquidação de seus empréstimos e financiamentos, que ocorrerão a curto prazo. A abordagem da Administração é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A tabela abaixo apresenta informações sobre os vencimentos futuros de compromissos contratuais dos passivos financeiros da Companhia:

	Controladora				31/12/2022
	31/12/2023				
	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Passivos Financeiros					Total
Fornecedores	79.695	-	-	-	79.695
Empréstimos e financiamentos	-	397.838	448.291	-	846.129
Empréstimos com partes relacionadas	-	-	-	-	-
Partes relacionadas	-	-	75	-	75
Derivativos	-	5.247	-	-	5.247
Total	79.695	403.085	448.366	-	931.146
					449.235
	Consolidado				31/12/2022
	31/12/2023				
	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Passivos Financeiros					Total
Fornecedores	234.425	3	19.314	-	253.742
Empréstimos e financiamentos	-	2.086.484	2.266.026	1.392.177	5.744.687
Empréstimos com partes relacionadas	-	-	-	-	-
Partes relacionadas	-	-	-	971	971
Arrendamentos e aluguéis	1.448	4.532	23.158	23.228	52.366
Provisão - Capex melhorias	25.569	76.706	370.208	174.215	646.698
Derivativos	566	6.946	4	-	7.516
Total	262.008	2.174.671	2.678.710	1.590.591	6.705.980
					6.293.352



Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Classificação dos instrumentos financeiros

	Controladora				Categoria
	31/12/2023		31/12/2022		
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	98.030	98.030	246.294	246.294	Valor justo por meio do resultado
Empréstimos com partes relacionadas	188.273	188.273	303.867	303.867	Valor justo por meio do resultado
Outros ativos circulantes	156	156	623	623	Custo amortizado
Passivos financeiros					
Financiamentos e empréstimos	846.129	846.129	378.129	378.129	Custo amortizado
Empréstimos com partes relacionadas	-	-	56.601	56.601	Custo amortizado
Instrumentos financeiros derivativos	5.247	5.247	-	-	Valor justo por meio de resultado
Partes relacionadas	75	75	9.714	9.714	Custo amortizado
Fornecedores	79.695	79.695	4.791	4.791	Custo amortizado
	Consolidado				
	31/12/2023		31/12/2022		
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Categoria
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	610.386	610.386	971.655	971.655	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes	55.118	55.118	56.152	56.152	Custo amortizado
Ativo financeiro	7.261.821	7.261.821	6.961.341	6.961.341	Valor justo por meio de resultado
Empréstimos com partes relacionadas	188.460	188.460	181.066	181.066	Custo amortizado
Outros ativos circulantes	37.648	37.648	33.550	33.550	Custo amortizado
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	817.056	817.056	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes
Depósitos judiciais e cauções	4.615	4.615	11.815	11.815	Valor justo por meio do resultado
Passivos financeiros					
Financiamentos e empréstimos	1.557.114	1.557.114	-	-	Valor justo por meio de resultado
Financiamentos e empréstimos	1.825.709	1.825.709	3.020.382	3.020.382	Custo amortizado
Debêntures	2.361.864	2.361.864	2.259.251	2.259.251	Valor justo por meio de resultado
Empréstimos com partes relacionadas	-	-	56.601	56.601	Custo amortizado
Instrumentos financeiros derivativos	7.516	7.516	-	-	Valor justo por meio de resultado
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	11.342	11.342	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes
Arrendamentos e alugueis	52.366	52.366	36.926	36.926	Custo amortizado
Partes relacionadas	971	971	10.685	10.685	Custo amortizado
Fornecedores	253.742	253.742	92.752	92.752	Custo amortizado

Hierarquia de valor justo

A Companhia somente detém instrumentos financeiros qualificados no nível 2.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Instrumentos financeiros derivativos

A controlada UHE São Simão mantém empréstimo em moeda estrangeira e, conseqüentemente, está exposta ao risco de câmbio e são administradas de acordo com os parâmetros estabelecidos pela política aprovada, por meio da contratação de derivativos do tipo *swap* para proteger o risco cambial do fluxo de caixa dos empréstimos em moeda estrangeira.

As operações de *swap* vigentes consistem na troca da variação cambial por uma correção em taxa pré-fixada.



Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os valores contábeis dos passivos monetários em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2023 montam em R\$ 1.557.113 (R\$ 2.622.712 em 31 de dezembro de 2022).

Tais contratos permitem à Companhia mitigar o risco de alteração na taxa da moeda sobre o valor justo dos empréstimos tomados nas exposições do fluxo de caixa.

O valor justo dos *swaps* de moeda no encerramento do exercício é determinado pelo desconto dos fluxos de caixa futuros estimados, utilizando as curvas no encerramento do exercício divulgadas pela B3 S/A – Brasil, Bolsa, Balcão e o risco de crédito inerente para esse tipo de contrato.

A tabela a seguir demonstra o valor do principal e os prazos remanescentes dos contratos de *swap* de moeda em aberto no fim do período de relatório:

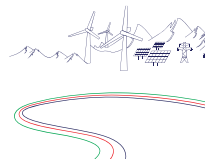
<u>Empresa</u>	<u>Contratos em aberto</u>	<u>Encargos dos empréstimos</u>	<u>Taxa prefixada do swap</u>	<u>Notional R\$</u>	<u>Valor justo R\$</u>
UHE São Simão	Bocom BBM	Pré 3,30%	CDI + 0,265% a.a.	688.450	(1.160)
UHE São Simão	Deutsche	Pré 2,80%	CDI - 1,20% a.a.	275.462	(796)
UHE São Simão	ICBC	Pré 3,30%	CDI + 0,23% a.a.	206.572	(313)
SPIC	Bank of China	Pré 2,90%	CDI - 0,83% a.a.	224.396	(5.659)
SPIC	Bank of China	Pré 2,90%	CDI - 0,37% a.a.	5.333	(135)
SPIC	Bank of China	Pré 2,90%	CDI - 0,81% a.a.	150.731	534
SPIC	Bank of China	Pré 2,90%	CDI - 0,35% a.a.	3.582	12

Análise de sensibilidade

A Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir estão apresentados todos os instrumentos financeiros mencionados na nota explicativa 16 que estão expostos à indexadores, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações.



Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Consolidado				Cenário I (-0,50)	Cenário II (-0,25)	Cenário III (provável)	Cenário IV (+0,25)	Cenário V (+0,50)
Empresa	Operação	Principal	Taxa					
SPIC	1ª Emissão de Nota Comercial Série Única	450.000	CDI + 2,20%	89.846	124.698	160.732	197.955	236.510
SPIC Br	Loan Bank of China	150.731	CDI - 0,81%	6.050	9.499	12.929	16.340	19.746
SPIC Br	Loan Bank of China	3.582	CDI - 0,35%	157	240	322	404	485
SPIC Br	Loan Bank of China	224.396	CDI - 0,83%	9.062	14.249	19.407	24.538	29.659
SPIC Br	Loan Bank of China	5.333	CDI - 0,37%	237	360	484	606	728
UHESS	1ª Emissão de debentures 1ª série	775.000	IPCA + 3,54%	405.436	502.477	604.999	713.245	827.467
UHESS	1ª Emissão de debentures 2ª série	200.000	CDI + 0,58%	11.571	16.756	21.926	27.079	32.234
UHESS	2ª Emissão de debentures Série Única	1.055.000	IPCA + 5,8198%	2.133.569	2.655.297	3.251.174	3.930.730	4.704.591
UHESS	Loan BOCOM BBM	688.450	CDI + 0,265%	128.031	194.070	263.483	336.344	413.004
UHESS	Loan ICBC	206.572	CDI + 0,23%	38.095	57.899	78.715	100.565	123.554
UHESS	Loan Deutsche	275.462	CDI - 1,20%	10.206	16.528	22.818	29.076	35.325
Panati	1ª Emissão de Nota Comercial 1ª Série	300.000	CDI + 1,70%	12.860	17.672	22.424	27.119	31.774
Panati	1ª Emissão de Nota Comercial 2ª Série	100.000	CDI + 2,03%	4.380	5.952	7.504	9.038	10.558
Panati	1ª Emissão de Nota Comercial 3ª Série	100.000	CDI + 2,08%	4.279	5.804	7.311	8.799	10.275
Marangatu	1ª Emissão de Nota Comercial 1ª Série	350.000	CDI + 1,70%	15.003	20.617	26.162	31.638	37.069
Marangatu	1ª Emissão de Nota Comercial 2ª Série	225.000	CDI + 2,03%	9.856	13.392	16.885	13.392	23.755
Marangatu	1ª Emissão de Nota Comercial 3ª Série	225.000	CDI + 2,08%	9.679	13.130	16.538	13.130	23.244

a) Risco regulatório

As atividades do Grupo, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades do Grupo.

b) Risco de alteração da legislação tributária no Brasil

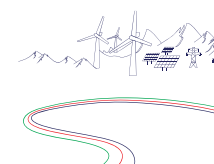
Alterações na legislação tributária podem gerar eventuais impactos no Grupo. Estas alterações podem, por exemplo, incluir mudanças nas alíquotas dos tributos vigentes, instituição de novos tributos em caráter permanente ou temporário, supressão de benefícios fiscais, cuja arrecadação seja associada a determinados propósitos governamentais específicos.

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) no 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares (“LC”), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias.

O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo (“IS”) – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC.

Haverá um período de transição de 2024 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por LC. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023.



Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Mudanças climáticas

As controladas da Companhia, por essência, já são grandes contribuintes para a redução das emissões de Gases de Efeito Estufa (“GEE”), que são os principais causadores do aquecimento global e das mudanças climáticas. Ao gerar energia por fonte renovável, ou seja, sem a queima de combustíveis fósseis, o Grupo não só fornece energia limpa para o crescimento econômico do país, como contribui para que o Brasil seja cada vez menos dependente do petróleo.

Em se tratando das consequências das mudanças climáticas e possíveis impactos sobre os negócios do Grupo SPIC Brasil, os principais riscos operacionais para os negócios são: incêndio, explosão, interrupção de operação e danos naturais. Entretanto, não foram identificados riscos climáticos relevantes, exceto pelas variações dos recursos hídricos, eólicos e solares que impactam na geração de energia. A Administração monitora constantemente e atualiza seus estudos de recurso para avaliar eventuais impactos em sua produção de energia futura.

28. Seguros

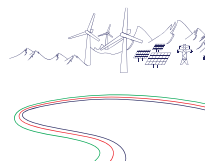
A Companhia mantém cobertura de seguros por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos nas suas operações e a orientação de seus consultores de seguros (não auditado).

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia mantém seguro de D&O (‘Directors and Officer’) para seus Diretores, Conselheiros e Administradores, no montante de R\$120.000.000 (limite compartilhado com outras empresas do grupo SPIC) com período de vigência de 08/11/2023 a 08/11/2024. Os seguros contratados englobam a controladora da companhia e suas controladas.

29. Transações que não afetaram o caixa

	Consolidado	
	2023	2022
Atividades de Investimento		
Adições ao Imobilizado e Intangível	58.893	-
Aquisição de investimento em controladas	-	29.400

Do valor total consolidado de adições ao imobilizado e intangível, o valor de R\$ 58.893, refere-se a: i) AVP sobre arrendamento R\$ 2.155; ii) amortização do direito de uso R\$ 744; iii) provisão para servidão de linha de transmissão R\$ 30; iv) Provisão para descomissionamento dos parques solares R\$ 21.384; v) R\$ 34.564 juros capitalizados e; vi) R\$ 16 outros.



30. Eventos subsequentes

Os parques solares do Grupo Panati Holding: Panati 1, Panati 2, Panati 3, Panati 4, Panati 5 entraram em operação comercial em janeiro de 2024 e os parques solares do Grupo Panati Holding: Panati 6 e Sitiá 1 e Sitiá 2 entraram em operação comercial em fevereiro de 2024.

Composição da Diretoria

Adriana Waltrick
Diretora Geral

Paulo Dutra
Diretor Financeiro

Valéria Lopes de Souza
Contadora
CRC - 1SP145065/O-9

